

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 080

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE JUNHO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Pescador Sobrinho, que ocorreu no último dia 31 de maio, no município de Vera Cruz do Oeste/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, através de seu filho, Sr. Marcos Villas Boas Pescador, por meio de correspondência a ser encaminhada à Rua Arnaldo Busato, 659, CEP.: 85.845-000, Vera Cruz do Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 416/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar um programa especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade, denominado Saúde e Cidadania.

Art. 2º - O programa Saúde e Cidadania desenvolverá ações de orientação integrada, a saber:

- I - grupos de auto-ajuda (terapia ocupacional);
- II - oficinas informativas;
- III - boletins de orientação.

Art. 3º - O programa Saúde e Cidadania desenvolverá as seguintes ações técnicas:

- I - campanha de levantamento de situações;
- II - consultas sistemáticas pelo SUS;
- III - acompanhamento periódico;
- IV - exame de próstata;
- V - exame preventivo de câncer de mama e de colo de útero;
- VI - combate de doenças crônicas degenerativas;
- VII - tratamento terapêutico de transtornos emocionais;
- VIII - atendimento odontológico.

Art. 4º - O programa Saúde e Cidadania realizará conferências municipais, regionais e estadual, abordando temas relacionados à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos, deliberando sobre propostas e metas de ação.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, contados de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a criar programa especial de saúde voltado às pessoas com mais de 40 anos.

Estudos e pesquisas indicam que após os 40 anos as pessoas ficam mais suscetíveis a uma série de enfermidades, especialmente o câncer de mama na mulher e o câncer de próstata no homem.

A falta de orientação e de atendimento adequado, tem levado muitas pessoas a quadros clínicos gravíssimos, gerando por vezes elevados gastos com procedimentos de alto custo, e inúmeras dificuldades às pessoas com elevados custos ao Estado, cujo sistema já se encontra em colapso há muito tempo.

O programa proposto visa combinar uma série de ações, com vistas à orientação e prevenção, que custam pouco e dão resultados fantásticos.

Sendo a saúde um direito do cidadão e dever do Estado, constitucionalmente assegurado, o projeto de lei em epígrafe propõe a criação do Programa Saúde e Cidadania, com vistas a melhorar as condições de vida da população paranaense, combinando uma série de ações, que em seu conjunto produzem melhoria na condição de vida da população com mais de 40 anos.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa, e posteriormente sua aprovação em plenário.

#### PROJETO DE LEI Nº 417/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da pré-escola municipal Casinha Feliz, com sede e foro no município de Janiópolis-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da pré-escola municipal Casinha Feliz, com sede e foro no município de Janiópolis-PR, é um órgão de representação dos pais e professores daquele estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola comunidade, mediante ação integrante ao Conselho Escolar.

#### PROJETO DE LEI Nº 418/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Sara Nossa Terra, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) Pastor EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Sara Nossa Terra, é uma entidade de caráter beneficente, filantrópico, de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo manter programa de atendimento a pessoas necessitadas, desenvolver trabalhos de conscientização para vigorar a solidariedade humana, fraternidade, justiça social e caridade cristã, recolher subsídios para a distribuição dos benefícios a serem prestados às pessoas necessitadas, manter programas de conservação e manutenção do meio ambiente e manter instituições que atendam crianças, jovens e idosos.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder a ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

#### PROJETO DE LEI Nº 419/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede e foro no município de Janiópolis-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede e foro no município de Janiópolis-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola comunidade, mediante ação integrante ao Conselho Escolar.

#### PROJETO DE LEI Nº 420/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Muni-

pal Maria Pereira de Oliveira, com sede e foro no município de Janiópolis-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede e foro no município de Janiópolis-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola comunidade, mediante ação integrante ao Conselho Escolar.

#### PROJETO DE LEI Nº 421/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Teatral Realmeny, com sede e foro na cidade de Terra Roxa-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo Teatral Realmeny, situado à avenida Getúlio Vargas, 554 Centro, com sede e foro no município de Terra Roxa-PR, fundada em 24 de junho de 1998, uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por objetivo e princípios básicos, desenvolver e promover nas comunidades o interesse pelo teatro, dança, música, literatura e outros, promover palestras, conferências, intercâmbio, com outras entidades, pesquisa de novas formas de manifestações teatrais, dança, etc. A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade, Lei Municipal nº 245/98.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

#### PROJETO DE LEI Nº 422/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatório nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino do Estado do Paraná a

inclusão, nos currículos escolares, matéria de orientação vocacional e profissional aos estudantes.

Parágrafo Único - O conteúdo programático da orientação profissional e vocacional terá o objetivo de dar a noção exata aos estudantes, para que ao escolherem o curso para o qual prestarão vestibular optem realmente pelo curso identificado com sua futura atividade profissional.

Art. 2º - A orientação profissional e vocacional integrará os currículos escolares da rede estadual de ensino, mediante inclusão de nova disciplina ou de matéria nas disciplinas existentes.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, efetuando a adequação curricular e determinando o conteúdo mínimo para que seja dada a orientação profissional e vocacional.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem o objetivo de proporcionar aos jovens que estão cursando o ensino médio, orientação vocacional para que possam escolher a profissão ciente das suas atribuições.

Tendo em vista o alto índice de desistência, por parte dos universitários, no primeiro ano da faculdade, é notório o fato de conhecimento dos mesmos, quanto aos cursos escolhidos e o que representam, no âmbito profissional, quanto à função que desempenharão.

Tenho certeza que com o apoio dos senhores deputados faremos aprovado o presente projeto e a partir de 2002 nossos alunos do ensino médio terão uma melhor orientação sobre a profissão que irão exercer, posto que nessa fase, o aluno tem a decisão mais importante de sua vida profissional que é a escolha do curso universitário, com todas as informações necessárias para a tomada de decisão.

#### PROJETO DE LEI Nº 423/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a rodovia denominada Caminho Ecológico do Iguaçu.

Art. 2º - A referida rodovia terá seu início na BR-277, na cidade de Céu Azul, margeando o Parque Nacional do Iguaçu até a cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 3º - Em toda a extensão da rodovia serão criadas pelo governo formas de incentivo ao desenvolvi-

mento do turismo rural, com estímulo a hotéis-fazenda, chalés, parques temáticos e outros meios de atração turística.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei, entrando em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### JUSTIFICATIVA:

A região de Foz do Iguaçu tem grande potencial turístico, porém nota-se que a permanência média de turistas na área não ultrapassa a dois dias.

Através do presente projeto de lei criando a rodovia Caminho Ecológico do Iguaçu, objetivamos oferecer novas oportunidades de desenvolvimento do turismo em toda a progressista região de Foz do Iguaçu.

A construção da referida estrada, além de restabelecer a questão histórica, trará nova oportunidade de investimento para a região, além de proporcionar aos viajantes uma via alternativa à BR-277 que se tornou perigosa pelo elevado índice de circulação de veículos.

#### PROJETO DE LEI Nº 424/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede e foro no município de Janiópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede e foro no município de Janiópolis - PR, é um órgão de representação dos pais e professores daquele estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante a ação integrada ao Conselho Escolar.

#### PROJETO DE LEI Nº 425/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rancho Alegre

d'Oeste, com sede e foro na cidade de Rancho Alegre d'Oeste - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rancho Alegre d'Oeste, entidade sindical de primeiro grau, com sede e foro na cidade de Rancho Alegre d'Oeste - PR, e base territorial no município de Rancho Alegre d'Oeste, no Estado do Paraná, é constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional trabalhadores rurais, assim compreendidos os que exerçam atividades rurais, como assalariados permanentes e temporários na agricultura, pecuária e similares na produção extrativa rural, bem como os pequenos produtores, proprietários ou não que exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, executando em condições de mútua dependência e colaboração com ajuda eventual de terceiros, integrante do Plano Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido da solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.

#### PROJETO DE LEI Nº 426/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, imóvel situado no loteamento denominado Conjunto Habitacional Victória, situado no município de Dois Vizinhos, constantes da matrícula nº 10.096, da Circunscrição Imobiliária daquela Comarca, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito ao título de propriedade para fins de moradia, através de escritura de compra e venda, em relação ao imóvel objeto da posse, que não seja proprietário ou beneficiário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de propriedade para fins de moradia será conferida ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de seu estado civil, a título oneroso, cabendo aos adquirentes os seguintes pagamentos:

I - custas referentes à escritura de compra e venda e seu registro perante a circunscrição imobiliária competente;

II - Funrejus, ITBI, e outras taxas e/ou impostos inerentes à transação;

III - o valor equivalente a 10% do salário-mínimo vigente, a ser pago à Cohapar a título de custos operacionais e administrativos de regularização da ocupação do imóvel;

§ 2º - O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 4º - O possuidor pode, para fins de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor contando que ambas sejam contínuas.

Art. 2º - O título de propriedade será obtido pela via administrativa perante a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.

§ 1º - A Cohapar terá o prazo máximo de 06 meses para decidir o pedido, contando da data de seu protocolo.

§ 2º - O interessado deverá instruir o requerimento da concessão do título de propriedade para fins de moradia com certidão expedida pelo município que ateste sua condição de ocupante, ou de sua família, pelo prazo exigido no artigo 1º desta lei.

§ 3º - Em caso de ação judicial, o título de propriedade para fins de moradia, será declarado pelo juiz, mediante sentença.

§ 4º - O título de propriedade conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 3º - O direito ao título de propriedade para fins de moradia, previsto no artigo 1º desta lei, é transferível por ato inter vivos ou causa mortis.

Art. 4º - O direito ao título de propriedade para fins de moradia extingue-se no caso de:

I - o adquirente dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; ou

II - o adquirente adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo Único - A extinção de que trata este artigo será registrado no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração da Cohapar.

Art. 5º - É facultado à Cohapar dar autorização de uso àquele que até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, imóvel situado no loteamento denominado Conjunto Habitacional Victória, constante da matrícula nº 10.096, da Circunscrição Imobiliária da comarca de Dois Vizinhos, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º - A autorização de uso de que trata este artigo será conferida nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º desta lei.

§ 2º - O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, desde que ambas sejam contínuas.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa desta lei vem atender à necessidade de resolução de um antigo problema social que vivem 204 famílias na periferia da cidade de Dois Vizinhos há mais de 15 anos. Àquela época, iniciou-se a construção de um conjunto habitacional denominado "OCA I", numa parceria do Governo do Estado, o município de Dois Vizinhos e a Empresa Construtora OCA. Problemas de ordem financeira fizeram com que a empresa construtora do conjunto não tivesse condições de finalizar a obra, que previa a construção de 204 casas destinadas a famílias de baixa renda. Com a paralisação das obras e abandono das casas já erguidas e cobertas, entidades constituídas no município, entre elas a igreja católica, promoveram uma invasão (ou ocupação, como querem alguns), daquele conjunto habitacional, deslocando para o local mais de 200 famílias (aproximadamente 800 pessoas), que passaram a viver ali.

Com o passar do tempo, e sem que houvesse uma ação decisiva de governo ou da empresa proprietária do imóvel para sanar o problema, as famílias que ali permaneceram mobilizaram-se através da constituição de uma associação de bairro e conseguiram avançar no sentido de constituir ali um bairro habitacional, conquistando obras importantes, como a rede de energia elétrica, rede de abastecimento de água e até revestimento poliédrico para as ruas do conjunto, além, é claro de, individualidade ou em mutirão, pela própria força dos moradores, a conclusão de todas as casas. Nesse meio tempo, a empresa OCA conquistou na justiça uma indenização pelo imóvel, com o Estado tendo-a indenizado de todos os prejuízos, passando o imóvel a fazer parte do patrimônio público estadual. Várias tentativas foram feitas pelas administrações que passaram pelo município junto a governos estaduais para resolver o problema, todas sem sucesso, principalmente por esbarrarem em questões legais.

Após a eleição deste Parlamentar, tenho buscado todas as formas para resolver a questão, até que encontramos, conjuntamente com a equipe jurídica e administrativa da Cohapar, a solução que ora apresentamos através deste projeto de lei, cuja matéria, pela relevante importância social que apresenta, solicitamos aos nobres deputados estaduais que analisem e, ao final, votem favoravelmente, propiciando a sua total aprovação em plenário, para que, com a concordância do Exmo. Governador do Estado, possamos finalmente levar a tranquilidade aos habitantes do mencionado conjunto habitacional, para que verdadeiramente possam comemorar com o nome que deram ao local onde mora, o bairro Vitória.

## PROJETO DE LEI Nº 427/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - A aprovação do regime legal sobre saúde e assistência médica e hospitalar gratuita aos necessitados.

Art. 2º - Para um atendimento mais eficiente como o objetivo da expansão ao povo do Paraná, fica determinado o uso de parte da arrecadação da Serlopar para o Hospital de Clínicas do Paraná.

Art. 3º - Será transferido mensalmente para o Hospital de Clínicas do Paraná, 25% (vinte e cinco por cento) da receita líquida da Serlopar, para que se reverta em ampliação e melhorias no atendimento daquela unidade de Saúde.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa minimizar os problemas de atendimento do Hospital de Clínicas do Paraná a todos os paranaenses carentes que utilizam-se dos serviços prestados pela instituição de saúde.

Sabedor do apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, cremos na aprovação do projeto de lei proposto.

## PROJETO DE LEI Nº 428/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar o Curso de Assistência Social no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002

(a) CHICO NOROESTE

## JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião promovida pela Unioeste- Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos par o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72/17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51;26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%).

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%) Educação Física (41,18%) Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo, seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que no que diz respeito a oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Engenharia Civil, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 49,08% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

## PROJETO DE LEI Nº 429/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim do Sol, com sede no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Jardim do Sol, teve seus estatutos registrados em 26 de julho de 1983, com sede na Rua Abílio Benati, nº 748, no município de Londrina.

A entidade foi organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Jardim do Sol. A Associação tem como finalidade identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores, a fim de que estes adquiram condições de resolver seus problemas comuns, objetivando sua autonomia.

A Associação mantém estreita colaboração e entrosamento com outras associações de bairros, participando de entidades ou eventos que venham ao encontro dos objetivos da entidade.

Promove, ainda, atividades que tenham como objetivo a melhoria do padrão de renda, saúde, educação, recreação dos moradores do bairro Jardim do Sol.

Conforme dispõe o artigo 42 do Estatuto da Associação é vedada a remuneração dos membros da diretoria da entidade, bem como a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens de qualquer tipo aos mantenedores, sócios ou outras pessoas.

Em razão do trabalho benéfico efetivamente realizado, a entidade merece o título de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 430/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As rodovias que percorrem o território paranaense devem possuir, obrigatoriamente, dispositivos que permitam o tráfego de animais silvestres nas regiões em que estes ocorrem com relativa abundância.

§ 1º - As rodovias de que trata o *caput* serão identificadas e mapeadas, em sua totalidade ou em trechos, pelos órgãos estaduais competentes nas áreas de transporte e meio ambiente.

§ 2º - Os dispositivos de que trata o *caput* serão definidos de acordo com as peculiaridades da região, da fauna e da rodovia, podendo constituir-se em cercas, passagens suspensas e túneis para os animais, viadutos, emissão de ondas ultra-sônicas para afastá-los, ou outras soluções que apresentem eficácia.

§ 3º - A opção pela emissão de ondas ultra-sônicas ou cercas somente dar-se-á nos casos em que a migração dos animais for dispensável para a manutenção de suas populações.

§ 4º - A opção pelos dispositivos, em cada rodovia, de que trata o parágrafo segundo, será determinada pelos

órgãos estaduais competentes nas áreas de transporte e meio ambiente após estudos por eles realizados.

Art. 2º - Nas rodovias definidas no artigo 1º, além da instalação dos dispositivos previstos no parágrafo segundo do referido artigo, deverão ser estabelecidos limites rigorosos de velocidade, capazes de evitar o atropelamento de animais.

Art. 3º - Os órgãos ambientais competentes nas áreas de transporte e meio ambiente terão o prazo de (120) cento e vinte dias, a contar da publicação desta lei, para optarem pelos dispositivos relacionados no parágrafo segundo do artigo 1º, conforme determina o parágrafo 4º do mesmo artigo, aos quais deverão dar divulgação.

Art. 4º - Os órgãos públicos estaduais, ou municipais responsáveis pelas rodovias, ou empresas que as estiverem operando por concessão, terão (360) trezentos e sessenta dias, a partir da divulgação de que trata o artigo 3º, para providenciarem a instalação dos dispositivos nas respectivas rodovias, conforme estabelecer a referida divulgação.

Art. 5º - A violação aos dispositivos nesta lei, submeterá os infratores às penalidades previstas no artigo 68, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná possui milhares de quilômetros de rodovias, que atravessam regiões de abundante biodiversidade, principalmente no que diz respeito à fauna silvestre. Nestas rodovias o atropelamento de animais constitui um grave problema para a preservação das espécies atingidas.

A biodiversidade presente em nosso Estado, tem importância global considerando as espécies ameaçadas e endêmicas que a compõe, sendo que sua maior representatividade encontra-se restrita às nossas áreas protegidas, que totalizam 2,2 milhões de hectares preservados, distribuídos em aproximadamente 60 unidades de conservação, que geralmente apresentam problemas em função da forte pressão exercida por uso de práticas inadequadas, incluindo os impactos causados por rodovias, bem como carência de recursos destinados à sua efetiva proteção.

Em função da situação exposta, está sendo adotada como forma de intervenção estratégica a implementação dos Corredores de Biodiversidade, que pretende entre outros objetivos elevar o grau de compreensão por parte

da sociedade no que concerne a proteção dos ecossistemas, introduzindo uma novidade ao considerar as microbacias hidrográficas, como unidades de planejamento para a consolidação dos corredores de Biodiversidade. Esta ação é integrante do Projeto Paraná Biodiversidade, que conta para a sua execução com a doação de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), oriundos do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Este projeto de lei pretende, entre os seus objetivos, fornecer uma ferramenta de gestão aos órgãos administradores dos recursos naturais do Paraná, através de métodos preventivos, como a colocação de dispositivos que impeçam o atropelamento de animais silvestres em nossas rodovias, exigida por força de lei.

Salientamos que os recursos para a implantação dos referidos dispositivos, poderão ser oriundos do Projeto Paraná Biodiversidade ou ainda de uma parceria entre o Poder Executivo e as concessionárias que operam a administração das nossas rodovias.

Desta forma contribuimos também para a implantação dos projetos de ecoturismo em nosso Estado, em função dos citados dispositivos oferecerem aos turistas, a possibilidade de observarem a nossa rica fauna silvestre.

#### PROJETO DE LEI Nº 431/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a dispor sobre a obrigatoriedade por parte das empresas de telecomunicações, sediadas no Estado do Paraná, a fazer constar nas faturas telefônicas o número das chamadas urbanas, sua duração e o número de pulsos contados em cada uma das ligações telefônicas urbanas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da medida que aqui propomos se configura na questão legítima dos usuários desses serviços poderem acompanhar e controlar os gastos despendidos em suas ligações telefônicas urbanas.

De igual modo, a nossa proposta vem ao encontro com o constitucional princípio da transparência dos serviços públicos prestados pelas concessionárias dos mesmos. Pois, só com a devida utilização deste princípio é que os usuários poderão fiscalizar idoneamente os serviços que lhe são prestados.

Nestas condições, queremos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 432/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado mais um inciso ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1.996, com a numeração que couber, com a seguinte redação:

“Art. 14: As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

.....  
.....  
.....

inciso: alíquota de 12% para as operações com gasolina de avião (avgas)”.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

A aviação de pequeno porte no Estado do Paraná (agrícola e comercial) está praticamente paralisada e em dificuldades.

Isso tudo é o resultado dos altos custos operacionais e principalmente do preço da gasolina de avião.

Praticamente 1/3 do valor da hora de voo é resultado do combustível e 1/3 do valor final deste, na bomba, é ICMS.

A alíquota do ICMS sobre a gasolina de avião (avgas) no Estado do Paraná é de 25%, enquanto que no Estado de São Paulo de 12% e em Santa Catarina 17%.

O volume de gasolina de avião consumido no Estado do Paraná sempre foi pequeno.

Nos anos de maior consumo, representou em torno de 1.800/2.000.000 litros ano, segundo informações contidas em trabalho escrito pelo piloto comercial Sr. Jefferson Rezende.

Portanto, acrescenta o referido profissional no mesmo trabalho “a redução do ICMS sobre a AVGAS não acarretaria problemas para os cofres do Estado. Ao contrário, pois hoje a Receita Estadual está comprometida pela falta de consumo - de vãos. Avião parado não gera emprego e muito menos impostos (sobre a AVGAS e sobre outros segmentos)”.

Com a redução do imposto para 12%, - a mesma alíquota praticada no Estado de São Paulo -, o Estado do Paraná estaria viabilizando a atividade aérea agrícola e comercial, estimulando a retomada dos vãos e a geração de empregos no setor, circunstâncias que repercutirão favoravelmente na arrecadação tributária do Estado do Paraná.

Essa redução de alíquota do ICMS, finalmente, também é uma recomendação dos participantes do 1º Workshop Paraná em Aviação Agrícola, realizado no último dia 16 de maio, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 433/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º - Fica diferido o pagamento de ICMS nas operações internas, com máquinas e implementos agrícolas, inclusive tratores e colheitadeiras, dos códigos NBM/SH 8424.81.19, 8433.59.90.90 e 8701.90.00 destinadas ao uso exclusivo na produção agropecuária.

Art. 3º - Encerrar-se-á a fase do diferimento em relação aos produtos arrolados no artigo anterior:

I - quando de sua saída para outro Estado ou para o Exterior;

II - na saída dos produtos resultados da sua utilização, salvo se houver disposição específica de diferimento ou suspensão do imposto para essa operação hipótese em que observar-se-á a regra pertinente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**JUSTIFICATIVA:**

A presente minuta de projeto de lei pretende dar tratamento tributário isonômico no âmbito do ICMS aos agentes econômicos que atuam na comercialização de máquinas agrícolas, principalmente colhedoras e tratores no estado do Paraná.

A desigualdade tributária, localizada no segmento de revenda de tratores e colhedoras, decorre de autorização dada ao Poder Executivo, através da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, para, mediante decreto, poder transferir a responsabilidade do pagamento do ICMS de um para outro contribuinte, via mecanismo do diferimento. Ocorre que, no diferimento concedido por decreto algumas máquinas agrícolas, bem como tratores e colhedoras, o diferimento concedido alcança, no segmento de revendedores, apenas aqueles que comercializam tratores e colhedoras fabricados no Estado do Paraná.

Tal situação acarreta graves prejuízos aos demais componentes desse importante segmento comercial, por implicar em tratamento discriminatório e ferir a neutralidade tributária que deve prevalecer em impostos sobre vendas, criando uma desigualdade tributária que só poderá ser corrigida pela transformação em lei do presente anteprojeto.

O Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, atualmente em vigor, aprovado pelo Decreto nº 5141, de

13 de dezembro de 2001, está a dispor sobre o diferimento dos bens tratados nesta minuta da seguinte forma:

“Art. 91 - É diferido o pagamento do ICMS nas operações com as seguintes mercadorias:

XIII - Classificadas nos códigos NBM/SH 8424.81.19, 8433.20.90, 8433.59.90, 8433.9090 e 8701.01.00 produzidas no território paranaense e destinadas ao uso exclusivo na produção agropecuária”.

A expressão “produzidas no território paranaense” constante do texto do dispositivo limita o diferimento ao segmento de comercialização de máquinas produzidas no Paraná.

A aplicação da legislação referida cria, na prática, seguinte situação:

VENDAS NO ESTADO DO PARANÁ (Situação Atual)	Fabricado fora do Estado FÁBRICA/ CONESS./ CONCESS. CLIENTE		Fabricados no Paraná FÁBRICA/ CONESS./ CONCESS. CLIENTE	
Venda Máquina Agrícola	100.000,00	100.000,00	94.400,00	94.400,00
ICMS (carga tributária 5,6%)	-	5.600,00	Diferido	Diferido
ICMS (referente à compra)	7.000,00	7.000,00		
Preço Final	100.000,00	98.600,00	94.400,00	94.400,00

A aprovação do presente projeto ao retirar a expressão discriminatória permite que sobre o mesmo valor de produto a carga tributária se iguale para todo o segmento, inclusive para os que operam com máquinas fabricadas em outros Estados da Federação.

SITUAÇÃO PROPOSTA	Fabricado fora do Estado FÁBRICA/ CONESS./ CONCESS. CLIENTE		Fabricados no Paraná FÁBRICA/ CONESS./ CONCESS. CLIENTE	
Venda Máquina Agrícola	94.400,00	94.400,00	100.000,00	94.400,00
ICMS (carga tributária 5,6%)	Diferido	Diferido	5.600,00	Diferido
Preço Final	94.400,00	94.400,00	94.400,00	94.400,00

A situação atual, com essa diferença na carga fiscal, praticamente inviabiliza a comercialização no Estado do Paraná, de máquinas agrícolas produzidas em outras unidades federadas, visto que os adquirintes, produtores agropecuários, apesar de terem constitucionalmente garantido o seu direito a crédito do valor do ICMS paga na operação, têm que primeiro desembolsá-lo, para depois em 48 meses recuperá-lo na forma de abatimento do pagamento do imposto devido na sua produção agropecuária.

Ao comprarem máquinas com o imposto diferido, que é o que o presente projeto pretende viabilizar, deixam de desembolsar o valor do ICMS, por ocasião da compra

e só irão pagar esse tributo depois de utilizar a máquina e comercializar a sua produção.

A manutenção da atual situação está a inviabilizar dezenas de concessionárias e distribuidoras de máquinas e tratores agrícolas, que se fechadas representarão significativo desemprego, e grave prejuízo à agricultura e aos produtores que utilizam os serviços técnicos de manutenção desses equipamentos no Paraná.

Além disso, não é difícil para o produtor adquirir a sua máquina em concessionárias de outros Estados, a preços melhores do que os praticados no Estado do Paraná, e posteriormente trazê-la para a sua propriedade no Estado, em prejuízo, não só da rede de concessionárias aqui estabelecidas como também do Tesouro do Estado, que nenhum tributo recebe.

O presente projeto, ao igualar as condições tributárias das máquinas produzidas no Estado, com aquelas produzidas fora daqui, não representa nenhuma perda efetiva de arrecadação, pois o imposto apenas deixará de ser antecipado pelo produtor adquirente, o qual ficará com esse valor sem poder recuperá-lo totalmente até que tenham decorrido quatro anos, para ser pago juntamente com o imposto devido pelo que foi produzido, como já ocorre no caso das máquinas produzidas no Paraná.

De igual importância esta a correção da constitucionalidade do tratamento atual constante do Regulamento do ICMS do Paraná, que vem flagrantemente desrespeitando o artigo 152 da Constituição Federal:

“Art. 152 - É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecerem diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino”.

A exclusão do direito ao diferimento constante do artigo 91 do ICMS do Paraná, dos produtos oriundos de outros Estados fere frontalmente uma das mais importantes limitações constitucionais ao poder impositivo do Estado e conseqüentemente retirar a neutralidade tributária, altera as condições de mercado, impedindo condições de livre concorrência que retiram do mercado, produtos de altíssima qualidade e durabilidade, que são as condições que permitem a uma marca manter-se no mercado.

Além disso, em nenhum dos demais Estados brasileiros onde estão localizadas as indústrias que fabricam esses produtos, que são os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, que têm em suas legislações regras de diferimento, estabelecem qualquer diferença de tratamento entre as máquinas lá produzidas e as oriundas de outros Estados, como se pode ver dos trechos abaixo transcritos.

No Estado de São Paulo, o artigo 380-D do decreto nº 43.845 de 12 de fevereiro de 1999, que trata do diferimento das máquinas e implementos agrícolas tem a seguinte redação:

“Art. 380-D - O Lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas internas de máquinas e implementos agrícolas fica diferido para o momento em que ocorrer sua entrada no estabelecimento do produtor”.

No Estado do Rio Grande do Sul o Art. 1º do Decreto 37.699 de 27 de agosto de 1997, regula o diferimento com a seguinte redação:

“Art. 1º - Difere-se para etapa posterior o pagamento do imposto devido nas operações com mercadorias relacionadas no Apêndice II, Seção I, realizada entre estabelecimentos inscritos no CGC/TE, localizados neste Estado, hipótese em que a responsabilidade pelo referido pagamento fica transferida ao destinatário da mercadoria”.

O Apêndice II, Seção I, acima referido tem em seu item nº XXXVIII a seguinte redação:

“XXXVIII - Saída dos produtos classificados nas posições 8432, 8433, e 8436, na subposição 842481 e nos códigos 8434.10.00, 8701.90.00 e 8419.89.99, da NBM/SH-NCM, que tenham como finalidade o uso exclusivo na produção agropecuária”.

Por estas relevantes razões que envolvem o necessário restabelecimento da neutralidade tributária no setor de máquinas agrícolas, tratores e colhedeiças, para evitar considerável desemprego e desabastecimento, possibilitando, a sobrevivência de importante segmento empresarial do Estado, sem nenhum prejuízo à arrecadação do ICMS é que colocamos à sua elevada apreciação o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 434/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) CHICO NOROESTE

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Luiz Carlos Zuk, Algaci Tulio, Nelson Tureck, José Maria Ferreira, Fernando Guimarães, Eli Ghellere, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Nelson Garcia, Irineu Colombo, Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Divanir Braz Palma, Neivo Beraldin, Edno Guimarães e Moysés Leônidas.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei a vontade da população

de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos: a direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário Unioeste Rumo ao Século XXI, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte: na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,28%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Engenharia Mecânica, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 32,17% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

#### PROJETO DE LEI Nº 435/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentada alínea “q” ao inciso II do artigo 14 da Lei Estadual nº 11.580, com a seguinte redação:

“q - embalagens plásticas derivadas do polietileno”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2002.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende servir de instrumento à correção de distorções que têm, senão aniquilado, prejudicado sensivelmente a indústria paranaense do setor de embalagens plásticas.

Trata de proposta objetivando a redução da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS das embalagens plásticas derivadas do polietileno. Tal pleito se baseia em dois pilares: primeiramente para a preservação de nossos empresários e trabalhadores, haja vista a concorrência com estados vizinhos, e em segundo para a redução de preço de itens da cesta básica e demais produtos que foram beneficiados com a entrada em vigor da Lei Brandão.

A Lei Estadual nº 11580, que institui normas acerca do ICMS, aloca as embalagens plásticas derivadas do polietileno nos itens cuja carga tributária se dá na faixa dos 18% (dezoito por cento). Esta faixa de tributação, que outrora foi de 17% (dezessete por cento), é extremamente nefasta à indústria de embalagens plásticas do Paraná. Tomemos por exemplo os índices de outros estados da federação: Santa Catarina e São Paulo adotam alíquotas de 12% (doze por cento) para todos os tipos das tais embalagens. Rio Grande do Sul, pouco mais ao sul, adota para as embalagens plásticas que envolvem produtos da cesta básica a alíquota de 10% (dez por cento).

Evidentemente que esta diferença afugenta nossos empresários no caminho de terras onde a produção possa ser mais competitiva. E não precisam deslocar-se muito para isso, visto os exemplos de estados vizinhos ao nosso. A perda de competitividade de nossos produtos, feitos com o sacrifício de milhares de paranaenses, é cabal e necessita de urgente reparo por parte do Executivo.

Outro argumento se sustenta na Lei Brandão, sancionada pelo Exmo. Governador e que reduziu, com muita justiça, alíquotas de vários produtos de primeira necessidade, reduzindo seus preços e aumentando sua competitividade no mercado interno, garantindo a geração de empregos e o recolhimento de impostos para financiar a atividade estatal. Da mesma forma se pretende dar à indústria de embalagens plásticas do Paraná o mesmo tratamento, garantindo-se a elas as mesmas condições de produção com as indústrias dos demais estados da federação.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

É com muita honra que registamos a presença do doutor Carlos Augusto Moreira, magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, e o doutor Giovanni, diretor

geral do Hospital de Clínicas. E, após a leitura da Ata, concederemos a palavra, conforme requerimento aprovado nesta Casa, no Pequeno e no Grande Expedientes, ao doutor Carlos Augusto Moreira Júnior e ao doutor Giovanni.

Concedemos agora, no Horário do Pequeno e do Grande Expedientes, conforme requerimento aprovado nesta Casa, a palavra ao doutor Carlos Augusto Moreira, magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, e posteriormente, ao doutor Giovanni, diretor geral do Hospital de Clínicas. Por gentileza!

#### O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA

Boa tarde, senhor presidente Hermas Brandão, senhores deputados, senhores secretários, doutor Giovanni..., diretor geral do Hospital de Clínicas, permitam-me citar algumas pessoas que nos ajudam na Universidade e no Hospital, digníssimo vice-reitor da Universidade professor Aldair Tarcísio Rizzi, doutor Fernando Miranda, presidente do Pacto Paraná e idealizador do Pacto Paraná em prol do HC, doutor José Toaldo Filho, presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, vereador Jorge Samek, presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Amigos, diretores do Hospital, doutor Antonio Carlos Boaretti, doutor Celso Araújo, pessoas que embora não estejam presentes aqui, estão em espírito, doutor Francisco Cunha Pereira, presidente de honra do Pacto Paraná e doutor Euclides Scalco presidente do Conselho Consultivo da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas.

Há dois mil anos atrás Sêneca disse que o vento sempre sopra na direção daquele que sabe aonde vai. E eu quero dizer a todos os senhores deputados aqui presentes e quero agradecer desde já a oportunidade que me dão que nós da Universidade Federal do Paraná sabemos para onde vamos e esperamos que o vento sempre sopra cada vez mais forte em nossa direção nos ajudando.

É importante que os senhores deputados atentem para um problema que creio que todos já ouviram falar na imprensa que é o problema do Hospital de Clínicas.

Permito-me fazer uma pequena apresentação para colocar os pingos nos is para que todos saibam exatamente o que estamos falando e o que estamos pedindo.

Então, o Hospital de Clínicas, um Hospital Universitário Federal Público.

A história do Hospital de Clínicas, começa em 1961, quando o reitor da Universidade da época, doutor Flávio Suplicy de Lacerda inaugura esse hospital, que passa a ser o melhor hospital do Estado. É importante lembrar que o Hospital de Clínicas naquela época mudou a medicina no Paraná.

A sua missão inaugural era o ensino da medicina. O impacto assistencial era o atendimento à população indigente e a sustentação era totalmente feita por um orçamento do Ministério da Educação e Cultura.

A partir dos anos 70 e 80 o HC passou a ser um prestador de serviços ao Inamps, com sustentação por

progressiva retração do orçamento MEC e sustentação através de sua produtividade frente ao Inamps.

O que acontece agora no ano de 2002? O Hospital de Clínicas quer ter uma auto-sustentação e é um prestador de serviços integral ao Sistema Único de Saúde.

Gostaria que os senhores deputados atentassem para os nossos números que embora, talvez, não sejam altos, creio que vai lhes chamar a atenção. O Hospital de Clínicas realiza em média 31 mil consultas médicas por mês; faz um atendimento de nível superior; psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, em torno de 13 mil por mês; de nível médio, 12 mil por mês, o que dá uma média de atendimento mensal, de 60.472, fora os atendimentos de emergência do pronto atendimento, que totalizam 11 mil atendimentos/mês. Essa era a nossa média mensal no passado.

Eu gostaria que os senhores atentassem para esse gráfico, onde a linha azul mostra a nossa produtividade média de atendimentos ambulatoriais, no ano de 2000, que diz que 58 mil consultas mensais eram feitas e no ano de 2001 foi para 60 mil consultas mensais.

Portanto, aqueles que dizem que o Hospital de Clínicas está perdendo a sua importância no contexto, no cenário médico e de assistência médica no Estado, se enganam. Estamos cada vez mais importantes neste cenário.

Quero registrar apenas, que no ano passado tivemos uma greve, que diminuiu o nosso atendimento, conforme vocês podem ver, nos meses de setembro, outubro e novembro, mas ainda assim, o nosso atendimento médio mensal foi superior ao ano de 2000.

Esse é um gráfico de internações do Hospital de Clínicas: temos mais ou menos 1.638 internações/mês no hospital, mais ou menos equivalente às internações do ano de 2000, embora tivéssemos essa greve de quase três meses no ano passado.

Em termos de cirurgia, o hospital realiza uma média de 743 cirurgias/mês essa foi à média do ano de 2001.

Senhores deputados, esse é um quadro em que mostramos a procedência dos pacientes, que chegam ao Hospital de Clínicas. São números realmente impressionantes.

O hospital atende 430 mil pessoas no Estado do Paraná; na região central, cerca de 6 mil pacientes; nos Campos Gerais, 12 mil; no Litoral, 7 mil; Noroeste, 6 mil; região Norte do Estado, 3.500; região Oeste, 4.800; na Região Metropolitana de Curitiba, sem dúvida, é a que mais envia pacientes ao Hospital de Clínicas, com 380 mil pacientes; região Sudoeste do Estado, com 4.300; e a região Sul, com 1.900 pacientes encaminhados ao hospital. Todo o Estado do Paraná envia pacientes ao Hospital de Clínicas. E o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná tem a honra e se sente gratificado de ser um hospital público para todo o Estado do Paraná.

Em 2002, antes de assumirmos a Reitoria da universidade, no dia 29 de abril deste ano, fizemos um semi-

nário sobre o Hospital de Clínicas e um planejamento estratégico desse hospital, para os próximos quatro anos. Declaramos que a nossa missão é prestar assistência hospitalar à comunidade do Paraná, principal e essencialmente com o propósito de garantir campo apropriado para o ensino das ciências da saúde, para pesquisa e extensão.

Quais são as principais ameaças ao cumprimento da missão do Hospital de Clínicas? Basicamente são duas: a nossa relação entre folha de pessoal com a nossa receita e o sucateamento progressivo da infra-estrutura do hospital.

Esse quadro é importante - eu pediria a atenção dos deputados para ele. No ano de 1995 o Hospital de Clínicas contava com 3.720 funcionários. À medida que os anos passaram, ele foi perdendo funcionários, porque o governo federal não deixava abrir concurso público para o Hospital de Clínicas e havia aposentadorias e muitos funcionários saíam do hospital e nós não podíamos contratar. Portanto, nesses últimos sete anos, o hospital perdeu mais de 400 funcionários.

Isto equivale a dizer que o quadro de enfermagem do serviço de emergência adulto e pediátrico, da UTI adulto, pediátrico e neonatal, de transplante da medula óssea e da clínica pediátrica sumiram do mapa, e nós tivemos que fazer todo o esforço para utilizarmos pessoas, redistribuirmos pessoas a fim de mantermos o atendimento, em que pese um aumento progressivo na produtividade desse hospital, conforme demonstrei pelos gráficos anteriores.

Quais são as consequências de uma retração importante do quadro? A manutenção deficitária dos serviços existentes, a dificuldade de ampliação dos serviços, a impossibilidade de criação de novos serviços, a necessidade da realização de horas extras, a elevação do nível de estresse dos funcionários, com elevado absenteísmo, queda na quantidade e qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Mas, apesar de tudo, o hospital tem orgulho de se manter aberto atendendo gratuitamente a todos aqueles que lá procuram assistência médica.

Vamos nos focar um pouco sobre a ameaça folha de pessoal X receita. No passado, a universidade compensava a retração do quadro do Ministério da Educação com a contratação de pessoal via Fundação da Universidade.

Hoje o Tribunal de Contas da União nos impede de contratar, mesmo pela Fundação, e além disso, pediu que demitíssemos todos os funcionários da Fundação do Hospital.

Se fizéssemos isso seria mais fácil fechar as portas do Hospital de Clínicas.

Esse quadro mostra a evolução dos funcionários da fundação do hospital e dos funcionários MEC nos últimos 7 anos.

Observem que em 95 a maioria dos funcionários eram da Fundação do Hospital, depois esses funcionários

começaram a diminuir, e embora tivéssemos um pequeno acréscimo no quadro do MEC nós acabamos o ano de 2001 com menos servidores do que tínhamos no ano de 2000, e assim por diante. E certamente, se algo não for feito este ano, teremos menos servidores ainda, e no ano que vem menos ainda, porque como disse, estamos proibidos de contratar pela fundação e temos uma espada sobre nossas cabeças que pede a demissão dos funcionários da Fundação da Universidade.

Um pequeno resumo dos nossos servidores classificados por nível de apoio são o servidores que têm mais baixa qualificação, depois nível médio, nível superior, e observem que nós temos um total de 1887 servidores contratados pelo Ministério da Educação no Regime Jurídico Único-RJU, e temos 1432 servidores contratados pela CLT, via Fundação da Universidade.

O MEC nos paga 2 milhões e 400 mil reais por mês para o pagamento dos servidores do MEC, e a Fundação passa para o hospital, 1 milhão e 700 mil reais para o pagamento dos servidores da fundação.

Então esse é o impacto mensal da folha da Fundação sobre a receita própria do hospital. A receita que o HC faz mensalmente é cerca de 3 milhões de reais e o impacto da folha da Fundação paga com recursos próprios do hospital é de um milhão e 700.

Portanto, senhores deputados, 56% do que o hospital arrecada vai para pagamento de funcionários da universidade, locados no Hospital de Clínicas.

Quais são as ações que julgamos importantes para solucionar esse problema? Uma coesão da bancada do Paraná em torno de um pacto para busca de uma solução política, qual seja, absorção das 1432 vagas da Fundação pelo governo federal através da realização de um concurso público.

Permito-me fazer um pequeno parêntese e algumas comparações: o Estado do Paraná tem apenas uma Universidade Federal, ao contrário de Estados semelhantes ao nosso como Rio Grande do Sul, que conta com 6 universidades federais. Ao contrário de Estados como Minas Gerais que conta com 11 universidades federais e, se formos comparar os hospitais universitários dessas universidades, a comparação é ainda mais grave. Minas Gerais conta apenas com 600 funcionários pagos por sua Fundação, enquanto nós pagamos 1432. O Rio Grande do Sul não paga nenhum funcionário pela sua Fundação. Todos são custeados pelo Ministério da Educação. Até quando nós vamos poder tolerar essa diferença de tratamento? É uma questão de paranismo, é uma questão de defesa do Paraná enquanto nosso Estado e como cidadão paranaense!

Segunda ameaça ao cumprimento da missão do Hospital de Clínicas: sucateamento progressivo da sua infra-estrutura.

Esse sucateamento ocorre porque é um prédio que já tem 41 anos de idade, que não tem recursos para manutenção preventiva ou corretiva, as instalações físicas do HC encontram-se em condições absolutamente precárias.

Portanto, isto é outra ameaça para o bom desenvolvimento das atividades no Hospital de Clínicas.

Esse sucateamento ocorre na estrutura de alvenaria, hidráulica, elétrica, vapor e ar comprimido e gases medicinais.

Serviços.

Temos que fazer uma reforma no depósito de lixo, recuperação e restauração da lavanderia que deve ser urgente. Aliás, convido a todos os deputados que queiram ver como é a lavanderia do HC. É uma coisa desumana, e o trabalho é insano!

Equação de Custeio.

Os servidores do MEC são pagos com recursos do governo federal e totalizam 2 milhões e 400 mil reais mês. Os funcionários da Fundação são pagos integralmente pela produtividade do Hospital e totalizam 1 milhão e 700 mil reais/mês.

Os custos assistenciais com os pacientes, totalizam 1 milhão e 800 mil reais/mês.

Serviços de manutenção mínima para manter o Hospital funcionando: 500 mil reais/mês.

O custo total mensal de nosso Hospital é de 6 milhões e 400 mil reais/mês.

Acreditem-me, a nossa produtividade é boa!

Equação da Receita:

Nós faturamos 3 milhões de reais via SUS. Um hospital de tamanho semelhante ao nosso como o HC da Universidade Federal de Minas Gerais, fatura 2 milhões e 800, mas lá não há crise. Eles só têm 600 funcionários pagos por sua Fundação com recursos próprios. Nós pagamos 1 milhão e 700.

Portanto, o que recebemos são os 2 milhões e 400 da Folha do MEC, alguns convênios entre o MEC e o Ministério da Saúde com o Hospital, que totaliza 338 mil reais por mês e mais o nosso faturamento, o que dá uma equação de receita de 5 milhões, 738 mil reais/mês.

Equação Final:

Gastamos 6 milhões e 400, arrecadamos 5 e 700. Temos um prejuízo mensal de 662 mil reais por mês. Não é muito dinheiro, reconheço mas para nós que estamos há anos assim, tem sido extremamente grave e doloroso para os médicos que lá trabalham, para os profissionais de saúde, e muito pior, para os pacientes que procuram o HC que, a duras penas, tem se mantido como centro de excelência em várias áreas da Medicina e que serve de orgulho para este Estado em tantas atividades e entre elas, como centro de reverência mundial em transplante de medula óssea.

O que poderia acontecer, se esses 1432 funcionários fossem absorvidos pelo Ministério da Educação através de concurso público? Nosso custo mensal total manteríamos em 6 milhões e 400, e nossa receita total, mensal, iria para 7 milhões, 438, dando um superávit mensal de 1 milhão e 38 mil reais. Com esse superávit eu posso lhe assegurar, teremos toda a manutenção do Hospital em perfeitas condições, o prédio em perfeitas condições, uma medicina de ponta em todas as áreas e, graças

a Deus, temos os amigos da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas como o próprio presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão que inclui uma das Comissões dos Amigos do Hospital, mas certamente seriam bons amigos no sentido de ver o trabalho bonito que estaremos lá realizando e não apenas pedindo e mendigando recursos para o Hospital.

Quais são as medidas críticas para o nosso sucesso?

Como falei, absorção do Quadro da Fundação, pelo MEC; recuperação de nossa infra-estrutura que pode ser feita por nós mesmos, desde que tenhamos esse Quadro da Fundação incorporado ao MEC e um mecanismo ágil de reposição de pessoal especializado que equivale a 5% do Quadro. O que é esse mecanismo ágil de reposição do Quadro?

Senhores, imaginem que trabalhadores que trabalham em UTI's e áreas críticas não conseguem ficar 20, 30 anos de sua vida nesta mesma área. A convivência diária com a morte é muito penosa para as pessoas que trabalham nessas áreas pouco tempo. O hospital não dispõe de nenhum mecanismo legal ágil que possa fazer a contratação para áreas críticas sem dificuldades. Nós dependemos de concurso público e se cada vez que a nossa UTI fica sem condições de trabalho e nós tivermos que realizar um concurso público, nós teremos sempre uma enorme dificuldade. É preciso rever a lei que nos ajuda ou que poderia nos ajudar em termos de hospital público, uma lei específica para reposição dos quadros que trabalham em área crítica.

É importante lembrarmos que o hospital precisa passar por uma reforma administrativa. Nada adiantaria eu vir a esta Casa que sempre tem nos ajudado e suportado em nossas ações se eu não dissesse aos senhores que estamos fazendo o nosso dever de casa. Estamos realizando a reforma administrativa mais profunda que o Hospital de Clínicas já vivenciou. Criamos as unidades funcionais que são unidades independentes que têm metas, recursos próprios e têm uma responsabilidade direta pelo equacionamento da receita e da despesa. Nós entendemos que, na medida em que atribuímos a ponta a cada uma dessas unidades a responsabilidade da gestão, estamos fazendo um processo mais participativo e dando a responsabilidade para cada uma das pessoas, cada uma que vai cuidar melhor na aquisição de medicamentos, na administração mais otimizada de medicamentos e de recursos humanos.

Portanto, a nossa parte já estamos fazendo e digo isso com muito orgulho, porque nós aprovamos toda essa reforma administrativa na 1ª reunião do Conselho de Administração de Hospital que presidimos, enquanto reitor dessa Universidade.

Cabe aqui dizer: eu tenho o firme conceito do que é Universidade do Paraná.

Se os senhores forem ao prédio histórico da nossa Universidade na Praça Santos Andrade, os senhores verão que desde a sua fundação em 1912, uma fundação

que mudou a trajetória deste Estado, que fez a emancipação intelectual do Estado do Paraná, em nenhum momento foi apagado os dizeres: “Universidade do Paraná”. É essa universidade que queremos resgatar à frente da Reitoria da Universidade.

Queremos ajudar as nossas co-irmãs estaduais. Estivemos ontem na região de Maringá, na região de Paranaíba, onde vivemos a fazenda experimental da universidade em Paranaíba e nessa fazenda experimental a Universidade desenvolveu um tipo de cana-de-açúcar mais resistente, com mais produtividade, o que aumentou a produtividade dos canaviais do Paraná em cerca de 10%. Se a Receita com a cana-de-açúcar neste Estado é de 3 bilhões de reais, 300 milhões de reais foram por ação do trabalho da própria Universidade e de seus pesquisadores.

É esse o tipo de universidade que nós queremos resgatar, é uma universidade presente em todas as áreas do Estado mas é uma universidade que precisa ter ajuda das suas lideranças políticas, das lideranças políticas do Paraná para cumprir, fielmente, a sua missão.

Muito obrigado pela atenção, senhores deputados.

**(Aplausos)**

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria, neste momento, de cumprimentar o magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, Dr. Moreira Júnior, que vem hoje aqui fazer esta belíssima explanação sobre a realidade do Hospital Universitário Federal do Paraná.

Quero dizer mais, aproveitando este momento, cumprimentar o nosso reitor da Universidade por ter assumido este cargo tão importante, tão penoso. Sei o quanto deve estar sendo difícil a esse professor, médico na área de oftalmologia que dirige o Hospital de Olhos e uma das clínicas mais conceituadas de oftalmologia do Sul do país.

Quero dizer ao Moreira Júnior, meu particular amigo, a nossa alegria em saber que a Universidade Federal está em suas mãos porque sabemos que V. Exa. vai conseguir o seu intento em recuperar as finanças daquele hospital que tem servido a todos nós, deputados, principalmente nós do interior, da região noroeste, sempre que batemos às portas do Hospital Universitário elas se abrem e nós conseguimos internar lá os nossos companheiros do interior.

Parabéns pelo seu trabalho. Conte com a nossa colaboração. A Assembléia Legislativa toda, com certeza, vai dar o seu apoio, para que nós possamos conseguir tirar do déficit nossa Universidade, para que ela continue fazendo as pesquisas que tanto o Paraná precisa para poder avançar no campo sócio-econômico.

Parabéns, Dr. Moreira Júnior, e conte conosco.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Quero saudar o magnífico reitor Moreira Júnior, e comunicar à Casa e mesmo ao reitor que vamos apresen-

tar um projeto de lei destinando 25% da receita da Serlopar para o Hospital de Clínicas. Acho que não há um investimento mais justo e mais correto e melhor aplicado para aqueles que precisam, efetivamente, da saúde, não só da Capital, do Estado, como do Brasil inteiro, que atende o Hospital de Clínicas. Acho que se nós temos a Serlopar e ela é uma instituição de várias modalidades de jogos, naturalmente seria a forma mais correta de aplicarmos a rentabilidade da Serlopar diretamente para o Hospital de Clínicas.

Espero poder contar com a colaboração dos deputados e também do Governo do Estado, a fim de que este projeto possa ser aprovado.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero cumprimentar o magnífico reitor e aproveitar a oportunidade em que se encontram em nosso plenário os deputados federais Mercher e José Janene, que V. Exa. fizesse a mesma exposição para os nossos 30 parlamentares federais para conhecerem, de perto, a realidade com que vivemos, principalmente na nossa Universidade Federal do Paraná. Não um reclamo, mas uma presença mais efetiva da nossa representação federal, dos 3 senadores e dos 30 parlamentares que têm em mãos o orçamento e a viabilidade de oferecer uma melhor oportunidade de verbas do que nós, deputados estaduais.

Parabéns, magnífico reitor.

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Primeiramente, magnífico reitor, é um prazer muito grande recebê-lo em nossa Casa e eu gostaria, da mesma forma das palavras do companheiro Zuk, dizer que o Paraná conta com apenas uma universidade federal, enquanto outros Estados contam com grande número de universidades federais. Isso, sem dúvida, se dá até mesmo pela própria timidez do povo paranaense, que busca resolver os seus problemas sem pedir. Mas parece-me que este é o momento de não pedir, mas de exigir o que o Paraná tem de direito.

Acho que esta é a solução definitiva, como foi apresentada, nossos companheiros, os amigos do HC junto com o professor Miranda e outros aqui presentes, fazem um trabalho fantástico, mas precisamos mais do que isso. Temos um projeto de lei, aqui nesta Casa, que destina 30% das multas de trânsito cobradas, para serem aplicadas em hospitais para atendimento das alas de trauma. Seria uma forma, não de solucionar, como bem disse o deputado Neivo também, com o Serlopar, mas uma forma de minimizar o problema.

Então, esperamos ver este projeto aprovado, dentro em breve. Sabemos que este é um grande recurso que vem para as mãos dos municípios e até mesmo do Estado, e poderiam ser uma forma. Agora, outra forma é aquela colocada pelo companheiro Zuk, de pedirmos aos nossos companheiros, deputados federais, todo empenho para

que se possa repassar o custo hoje, da Funpar, no que se refere ao HC para o MEC para que, com isso, a gente possa resolver este problema, de uma vez por todas.

Parabéns pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo e espero que dentro em breve teremos uma universidade não só revigorada, mas um Hospital de Clínicas cada vez mais exemplo, como é, para o Brasil.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, prezado amigo Moreira, nosso reitor; Aldair, nosso vice-reitor, diretor do Hospital de Clínicas, quero também saudar o Moreira e meu companheiro Samek. Quando o Moreira falava da lavanderia do Hospital de Clínicas eu imaginei o que realmente pode ser aquilo, a dimensão, porque me reportei, naquele momento, para a lavanderia da Casa do Estudante Universitário do Paraná, onde morei, que era realmente uma coisa fora dos padrões. E eu imagino o que é a lavanderia do Hospital de Clínicas se a nossa já tinha aquele perfil grandioso e de difícil desenvolvimento.

Sou um torcedor do Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Paraná, tenho a satisfação pessoal de ter cursado medicina veterinária na Universidade Federal do Paraná, faço parte da Associação dos Ex-Alunos, tenho todos os motivos para gostar dessa instituição e todos os motivos pessoais para torcer para que a dupla Moreira-Aldair dê certo, porque desde o primeiro dia que se fez o lançamento desta chapa para assumir a direção da Universidade Federal do Paraná, nós estávamos lá, hipotecando o nosso apoio, levando aquilo que podíamos levar para que se obtivesse um resultado positivo. Agora estamos torcendo e queremos também colaborar, de alguma forma, para que esta administração tenha sucesso.

A principal coisa que temos que fazer - é lógico que a Serlopar é uma alternativa - buscar outras fontes, mas isso não vai resolver o problema. O que vai resolver o problema é o governo federal assumir a sua parte, fazer o que faz para outros Estados, o que faz para outros brasileiros, porque aqui no Paraná, infelizmente, não só o governo FHC, mas todos os governos que a ele antecederam, não olharam para o Paraná da mesma forma que olharam para outros Estados.

Por que só a nossa Universidade é penalizada? O Paraná teve que construir a ponte em Guaíra, outra ponte em Camargo, coisa que era obrigação do Governo Federal. O Paraná teve que construir uma ferrovia central, o Paraná teve que asfaltar a BR-376, Curitiba-Garuva, o Paraná está tendo que amargar, desde 1988, o não recebimento de um centavo sequer de ICMS, de toda energia que é produzida neste Estado e vendida para São Paulo ou para outro Estado. Quer dizer, é necessário, sim, que façamos uma luta maior com a nossa bancada federal; com a nossa bancada de senadores; com o nosso governador; a nossa vice-governadora. Temos que encontrar o caminho certo, mas temos que ir em busca disso que é um

direito do povo do Paraná. Não é um direito só da Universidade Federal, do Hospital de Clínicas, mas sim, um direito do povo do Paraná, porque os outros estão recebendo isso e nós estamos sendo deixados de lado.

Por isso o cumprimento com o mesmo entusiasmo que o cumprimentei no início da sua campanha, no dia da sua posse, do Aldair, e digo que somos parceiros para lutar por aquilo que é o principal: a incorporação desses servidores da Funpar por parte do MEC. É lógico que essa incorporação, evidentemente, só se procederá por um concurso público de prova de títulos, ele sabe disso, mas que se faça isso até para resgatar um direito da gente trabalhadora do Paraná.

Parabéns, sucesso e conte comigo sempre!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o senhor deputado Algaci Tulio, depois o deputado Augustinho Zucchi.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente; senhores parlamentares; nossos convidados; nosso magnífico reitor; nosso diretor do Hospital de Clínicas.

Quero também dizer da minha satisfação em recebê-los aqui, bem como a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, presença do Miranda; de todos os companheiros, vereador Jorge Samek. Quero dizer que também comungo do mesmo pensamento do deputado Orlando Pessuti, nas reivindicações e na valorização do nosso Hospital de Clínicas.

Eu diria até que o Hospital de Clínicas está para Universidade como o IPE está para o servidor público do Estado do Paraná. Temos um Hospital-referência que é o Hospital de Clínicas, referência em vários setores da medicina hoje, no Estado do Paraná; um hospital que atende um número extraordinário de pessoas, não só do Paraná, mas de outros Estados, inclusive, de outros países que vêm aqui em tratamento. No entanto, esse hospital não tem o tratamento que têm os demais hospitais universitários espalhados pelo país.

Essa é uma luta antiga que cobramos dos nossos deputados federais, dos nossos três senadores; do governador do Estado do Paraná, para fazer valer a força política do Paraná na hora de uma boa negociação.

Queria dizer que a vinda do nosso Magnífico Reitor aqui, é um sinal de que é preciso unir a parte administrativa com a parte política; essa cooperação política que a Assembléia do Paraná pode também dar para a Universidade mais antiga, a primeira do Brasil, que é a nossa Universidade.

De repente, com sua administração, me parece e pelo que pude ver por ocasião daquela entrevista do Magnífico Reitor no nosso Programa na CNT, o seu desejo, a sua vontade de colocar em prática novos programas; modernizar a nossa universidade; fazer com que ela participe do dia-a-dia do cidadão do Paraná e que

ela não fique fechada nas quatro paredes para apenas os professores e alunos e não saia para comunidade, para o Estado do Paraná.

Por exemplo, pegar os técnicos da Universidade para discutir: “É legal o metrô em Curitiba”? “Esse trajeto não é”?

De repente, a Universidade com os seus técnicos podem ajudar nesse sentido também.

O Paraná que passa por uma transformação: “Temos que abandonar a agricultura ou não”?

O que a Universidade pode fazer com os seus técnicos nessa área?

Enfim, uma série de segmentos que podem trazer essa inteligência que temos na nossa Universidade que, às vezes, pelo menos nós pensamos fica entre quatro paredes.

Então, quero dizer da satisfação em recebê-lo aqui e desejar uma excelente administração e tenha certeza que esta Assembléia não faltará em dar o apoio naquilo que for necessário.

Muito obrigado e parabéns!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, Hermas Brandão; Magnífico Reitor. Ao cumprimentá-lo, gostaria de cumprimentar a todos os professores e amigos do Hospital de Clínicas; a direção da Universidade Federal do Paraná. Quero cumprimentar, também, o meu amigo vereador Jorge Miguel Samek e o deputado federal José Janene, que está nos visitando hoje nesta Sessão.

Ao deputado Nelson Müller, que aqui está, um abraço e obrigado pela presença.

Gostaria, em rápidas palavras, apenas dizer que sou muito grato à Universidade Federal do Paraná, não apenas por ter cursado lá Agronomia, não por ter apenas convivido lá, mas pelo significado que tem a universidade pública no Brasil. Talvez fizesse eu aqui uma provocação, Samek, porque na época do movimento estudantil, eu tinha ojeriza de quando numa assembléia, muitas vezes levava uma reivindicação específica: “Precisamos melhorar a fazenda da Agronomia na Universidade Federal; Precisamos melhorar o Hospital Veterinário do Pessuti; Precisamos disso, precisamos daquilo”.

Porque no fundo o que está em discussão na sua essência é a questão do ensino público gratuito. Fundamental, decisivo para a igualdade e justiça no nosso Brasil.

Importantíssimo do ponto de vista da correlação de força-sociedade e do produto tecnológico e científico, porque sem a universidade pública estaríamos muito mais atrasados do que estamos.

Acho que o que resta de fundamental para nós, é sabermos que ainda a universidade pública responde por grande parte da pesquisa científica do nosso Brasil.

Mas, se pudesse fazer uma provocação e quem sabe me redimindo das vezes que ficava chateado, acho que a questão do Hospital Universitário é uma reivindicação específica.

Estamos em época de eleição e seria um absurdo pedir à Universidade Federal que tomasse um posicionamento político, por exemplo, para as eleições, porque é uma instituição que ultrapassa qualquer posicionamento político, qualquer corrente política.

É uma instituição que congrega todas as forças vivas da sociedade, mas acho que é fundamental, no momento que passamos por eleição, de ter uma reivindicação da sociedade do Paraná, com relação à questão da Universidade Federal do Paraná, e especificamente, com relação ao Hospital Universitário.

Ora, um centro de referência hospitalar do Brasil que tem prestado serviços de renome a nível nacional, que tem dado contribuição em tratamentos que podem servir de referência no mundo, não é possível que esteja numa situação como essa, num Estado que não tem seis universidades. Tem uma só!

Deputado Anibelli, V. Exa. que faz parte de família tradicional do nosso Estado, que honrou este Paraná com a presença do seu pai aqui como presidente desta Casa, acho que está na hora de o Paraná ter essa discussão com relação à Universidade Federal do Paraná. Não é possível o Paraná continuar, com relação ao ensino universitário, do jeito que está. Nós teremos um gargalo no Paraná!

Nenhum governo vai conseguir agüentar seis universidades estaduais e as extensões que estão se formando por conta da demanda que têm.

A despeito de ter aberto os cursos privados em todo o nosso Estado, não há como suportar essa diferença que tem entre o Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Um estado do tamanho do Paraná não pode se curvar, ficar atrás de migalhas com relação à questão do ensino público gratuito.

É preciso que o Paraná assuma, como assumiu a população de Curitiba, como sendo símbolo da cidade a Universidade Federal do Paraná; é preciso que a população assuma como símbolo da igualdade, da produção tecnológica a nossa Universidade Federal. Acho que é esse o nosso papel. De resto é uma questão de vontade política para ajudarmos a resolver essa questão.

No momento que se aproxima a eleição, todos nós temos que ter esse compromisso. Um abraço ao reitor e parabéns àqueles que transformam a nossa universidade no símbolo do nosso Paraná, mesmo com dificuldades dos salários que sejam pagos, mas por amor à camisa e à causa e pela convicção que têm de a universidade ser o universo de conhecimento daqueles que lá passam e não apenas um segmento isolado que muitas vezes passa por dificuldades.

Muito obrigado!

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Quero cumprimentar o magnífico Reitor, Carlos Moreira Júnior, quero também saudar os demais diretores do Hospital de Clínicas, todos os amigos do Hospital de Clínicas.

Só para registrar, senhor presidente, senhores deputados, que como presidente da Comissão de Orçamentos, nós recebemos um pedido feito por parte da direção do Hospital de Clínicas, isso já no ano passado, para que nós apresentássemos Emendas que pudessem contemplar o Hospital de Clínicas.

E, numa atitude de grandeza, a Assembléia Legislativa numa emenda coletiva, os 54 deputados abriram mão das suas Emendas individuais, inclusive das Emendas regionais e somente dois hospitais foram privilegiados no Orçamento do Estado do Paraná, para o ano de 2002. O Hospital de Clínicas, com duas Emendas: uma de um milhão de reais e outra também para o Hospital Pediátrico do Hospital de Clínicas, que é uma obra que não sei se já foi iniciada ou não, mas o apelo foi feito naquela ocasião, para que também colocássemos esses recursos para essa obra, e ao Hospital Erasto Gaertner, aqui de Curitiba.

Agora, cabe realmente à Assembléia Legislativa e quero fazer aqui um apelo principalmente à base de sustentação do governador Jaime Lerner na Casa, que nos ajude, junto ao governador, na liberação desses recursos, que não são muitos, mas na verdade, pelo quadro que apresentava o reitor, são extremamente necessários esses recursos na ordem de dois milhões para o Hospital de Clínicas.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós queremos agradecer ao nosso magnífico reitor, Dr. Carlos Augusto; ao nosso diretor do Hospital de Clínicas, Dr. Giovanni; e, ao citarmos o Dr. Fernando Miranda e o vereador Samek, queremos cumprimentar todos os diretores, todos os colaboradores, o Quadro de Funcionários dessa importante instituição.

A Assembléia realmente está aberta para ouvir a sociedade! Nós abrimos, quando assumimos a Assembléia; declarávamos no discurso de posse que esta Casa estaria aberta a todos os segmentos do Paraná para que aqui viessem colocar não só as suas necessidades, mas também os seus pontos para o desenvolvimento deste Estado. E hoje, com a presença da universidade através do magnífico reitor e do diretor-presidente do Hospital de Clínicas, queremos agradecê-los por terem dado essa oportunidade à nossa Casa de Leis e ao Paraná de colocar também as suas dificuldades, e, dentro das possibilidades esta Casa, ajudá-los para continuar prestando esse excelente serviço que fazem a favor não só da comunidade paranaense, mas de diversos Estados brasileiros e até de outros países.

Os nossos cumprimentos, Dr. Carlos Augusto! Os nossos cumprimentos, Dr. Giovanni! E as boas-vindas, sempre, a esta Casa de Leis.

Muito obrigado!

Nós suspendemos a Sessão por três minutos para que o nosso magnífico reitor e o Dr. Giovanni possam receber os cumprimentos dos senhores parlamentares.

#### (**Suspensa a Sessão**)

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão.

Queremos anunciar a presença dos vereadores de São Jorge do Ivaí, Guina e Candeu, acompanhados pelo senhor Júlio César e Jorge Carvalho, a pedido do deputado Antonio Anibelli. Nossos cumprimentos pela visita, e esta Casa está sempre aberta ao povo do Paraná.

Passaremos ao horário das Lideranças.

PL, PSC, PSL.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O PDT e o PTB, na noite de ontem, na presença dos ilustres parlamentares desta Casa, deputados José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere e o deputado que vos fala, Luiz Carlos Zuk, conjuntamente com os nossos companheiros representantes dos pré-candidatos a deputado estadual e dos nossos pré-candidatos a deputados federais, conjuntamente com a direção na pessoa, representando a Executiva Estadual de Nelton Friedrich, e conjuntamente com o deputado Valdir Rossoni e demais deputados e integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro, nós, em uma reunião conjunta, fizemos aquilo que era anunciado há muito tempo e analisado nos seus pormenores por ambos os Partidos; oficializamos na noite de ontem, a nossa coligação na questão majoritária do Estado, a nível de Governo e a nível de Senado da República, bem como a nível de deputado estadual e deputado federal, conjuntamente numa vinculação feita a nível nacional tivemos aqui no nosso Estado o *referendum* de ambos os partidos e de ambas as Bancadas que aqui tomam assento neste Plenário.

Acredito e tenho a certeza que o povo do Paraná foi beneficiado trazendo uma relação harmônica entre os parlamentares e principalmente, dando ao Paraná uma resposta que de agora em diante, especulações feitas de um ou de outro lado não terão mais validade. Quando alguém afirmava que iria trazer o PTB ao seu lado, o PTB, hoje, está definido ao lado do senador Álvaro Dias, trazendo desta forma, deputado Accorsi, no próximo dia 29, o seu referendo conjuntamente com todos os outros Partidos coligados, em uma reunião que será memorável, deputado José Maria, trazendo uma luz a este Paraná, de uma mudança a ser oferecida ao povo paranaense. Temos a certeza que não só o senador Osmar Dias e nem tampouco o senador Álvaro Dias, mas todo o conjunto, seja do PTB ou do PDT, saiu ganhando. Estaremos dando uma resposta desta união, pelo trabalho em favor do Paraná. Esse é um dos assuntos, deputado, Braz Palma.

O outro assunto é com referência ao ilustre prefeito de Cascavel, ex-deputado Edgar Bueno, que tão brilhante à frente da cidade de Cascavel, como prefeito, teve o seu nome levado - uma das notícias é inverídica -, a sua pessoa conjuntamente com o ilustre apresentador de programa - Carlos Maza, o Ratinho, foram envolvidos em uma notícia que não tem fundamento algum. Nós que conhecemos o Carlos Maza e o ex-deputado e atual prefeito Edgar Bueno - quando lá estive o Ratinho, popularmente conhecido, prestigiando uma inauguração, a infeliz notícia dizendo que a Prefeitura de Cascavel havia oferecido uma compensação financeira para que ele ali comparecesse. No programa, o próprio apresentador falando que o meio de ele ganhar dinheiro e, principalmente, de fazer visitas, é de livre e espontânea vontade, como ele o fez em Cascavel. Não é do seu hábito fazer com que aquilo que foi noticiado seja a verdade. Não houve cachê algum. Houve, sim, um prestigiamento daquele ilustre apresentador nacional, para a cidade de Cascavel. O testemunho é o seu depoimento e o passado limpo, honesto e tranqüilo, que nós conhecemos do ilustre prefeito Edgar Bueno.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Continuando no Horário das Lideranças: PT.

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Comunico a todos os parlamentares desta Casa que hoje, a exemplo de ontem, vamos ter, tão logo terminada a Sessão, uma outra Sessão Secreta, na sala das Comissões, na Comissão de Segurança Pública, com relação ao caso da morte do deputado Tiago Amorim Novaes.

Lembrando que ontem a Comissão de Segurança Pública ouviu, reservada e secretamente, uma pessoa que se diz testemunha e sabedora de alguns fatos. Vamos ouvir uma outra testemunha que surgiu e que quer acrescentar mais detalhes. Seria importante que todos os parlamentares desta Casa se fizessem presentes nesta Sessão Secreta, logo mais, terminada a Sessão Plenária, na sala das Comissões. É muito importante a presença de todos. Pode ser esta Sessão reveladora na questão do assassinato do deputado Tiago. Por isso, acho de extrema importância a presença de todos. Todos estão convidados.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje, pela manhã, na Assembléia Legislativa, no plenarinho, com a presença dos deputados Orlando Pesutti, Hermas Fonseca, Luciana e eu, tivemos uma solici-

tação dos trabalhadores em Educação no Paraná, sobretudo dos funcionários de escolas, que querem, assim como nós entendemos, que os professores do Paraná mereçam um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, e o governo está obrigado a fazê-lo por conta da Lei nº 9394 de 1996, a LDB, a fazer o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os professores do Paraná, ou seja, para os trabalhadores da Educação do Paraná. Todos os trabalhadores de uma escola teriam um cargo específico à categoria, por conta de que a educação é tida como uma das funções mais importantes do Estado democrático.

Evidentemente que esses professores e esses funcionários públicos não são contra a discussão aqui na Assembléia de um novo plano para o quadro geral dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Querem esse novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores do Poder Executivo, mas que a eles seja designado um plano a parte, inclusive com menção nesse plano.

Então, segunda-feira teremos uma reunião que envolve todos os servidores públicos do Poder Executivo do Paraná; iremos discutir tudo isso, iremos somar o esforço dos professores, dos funcionários públicos e dos trabalhadores em escolas para que tenhamos um bom plano para todos os trabalhadores do Poder Executivo, um bom plano para todo mundo, e depois destacar e fazer um plano específico para os trabalhadores da educação.

Então, nós teríamos na verdade dois planos. Em primeiro lugar, o plano de todos os trabalhadores do Poder Executivo e depois um só para o pessoal da educação com especificidade.

Nós estivemos lá, acompanhamos, o deputado Pesutti trouxe informações importantes através da sua assessoria; a deputada Luciana, como líder do PT, manifestou a posição do PT, e nós queremos comunicar à Casa que estamos muito preocupados que o Governo do Estado do Paraná teve 7 anos ou 8 anos para fazer um plano, e agora, encerrando o seu mandato, manda para a Assembléia, sem muita vontade de aprovar, um Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores do Poder Executivo.

Nós queremos discutir amplamente esse plano e queremos aprová-lo, porque de certa forma vai unificar todos os cargos que estão espalhados, dar uma ajustada naqueles bons trabalhadores que estão prestando serviços para o Paraná, dar uma acertada geral, e se possível incorporar a gratificação de 100 reais, colocar já nesse plano que o governo está dando, para que passadas as eleições, esses 100 reais não sejam retirados dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Concedo um aparte à deputada Luciana Rafagnin.

**A Sra. Luciana Rafagnin**

Obrigado, deputado.

Eu gostaria, aproveitando o espaço que me concede, de dizer que a preocupação dos funcionários do Estado, é grande com relação a esse projeto que é PT, e tendo em vista isso é que a liderança do PT está mar-

cando uma reunião para a próxima segunda-feira, dia 17, a partir das 11 horas da manhã, numa reunião que está sendo convidado o Sindi-Saúde, Sindi-Seab, na verdade, todos os servidores, ou seja, funcionários do Estado, que hoje estão preocupados com esse projeto que o governo encaminha a esta Casa de Leis.

Então, a liderança do PT está convidando e no qual eu também convido os demais deputados que queiram participar dessa reunião na segunda-feira, a partir das 11 horas da manhã, provavelmente no plenarinho desta Casa, aonde estaremos aprofundando um pouco mais esse projeto que na verdade não passou pela CCJ, ainda não chegou à Comissão de Constituição e Justiça, mas que sabemos que já vem sendo debatido por alguns deputados e que é uma proposta do governo e que vem inclusive o secretário na segunda-feira, à tarde, debater aqui conosco nesta Casa e é por isso que é importante ouvirmos também e principalmente as entidades dos servidores do Estado para que a gente possa aprofundar mais o que realmente traz esse projeto, que preocupação ele nos deixa, e as dúvidas esperamos que sejam sanadas à tarde com a presença do Secretário nesta Casa.

Muito obrigado, pelo aparte.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigada deputada Luciana.

Hoje pela manhã nós tivemos a oportunidade de fazer o relato e anunciamos aos servidores, inclusive o projeto do deputado Anibelli que prevê a incorporação dos cem reais aos salários dos funcionários públicos estaduais.

Comunico à Casa que apoiaremos a discussão e aprovação de um novo plano para os funcionários do Poder Executivo, mas como professor, tenho a obrigação de comunicar à Casa que a legislação federal obriga a ter, a todos os trabalhadores da Educação, um plano à parte. Não é interesse conflitante; vamos somar interesses, mas os funcionários da educação, os funcionários-escola e os professores deverão, por força de lei federal, pela LDB, ter um Plano de Cargo, Carreira e Salário à parte, e será esse o nosso empenho.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Continua o Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti, no horário do PMDB.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu quero neste momento, e tenho certeza, em meu nome e em nome de todos os que integram a CPI dos Alimentos, manifestar o nosso contentamento por aqui que, graças ao trabalho, não só da CPI dos Alimentos do Paraná, mas da CPI do Leite do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, vem acontecendo no território brasileiro.

No dia de hoje circula nas bancas de revistas do Paraná e Brasil, a revista Exame com matéria de capa dizendo; “A Ditadura do Varejo”.

Se os senhores se lembram, por mais de uma oportunidade, os deputados Silvestri, Ely, Cartário e outros, vieram aqui na tribuna ou em apartes de plenário, dizer que os grandes problemas que estavam acontecendo na cadeia produtiva residia justamente no varejo, nas grandes redes de supermercados.

O deputado Cartário fez denúncias pesadíssimas aqui no encaminhamento que fez, tentando justificar a necessidade de reabrir a CPI dos Supermercados e nós dizíamos que não era necessário reabri-la porque a CPI dos Alimentos, na análise que faz de todos os fatores que influenciam na formação de preços na cadeia produtiva, principalmente dos alimentos, objeto de investigação da CPI, dizíamos que estávamos atrás disso.

O deputado Silvestri tem estado em muitos locais conversando com pessoas, com autoridades na área jurídica, para buscar informações e hoje a gente tem tranquilidade de poder vir mostrar aos parlamentares do Paraná, à imprensa do Paraná e aos que nos visitam, que a CPI dos Alimentos do Paraná, a exemplo das CPI's de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, está no caminho certo colocará na hora exata e precisa o dedo na ferida disso que hoje é retratado nessa reportagem de uma revista de abrangência nacional, intitulado: “A Ditadura do Varejo”.

Tudo aquilo que temos conversado nos bastidores, nas reuniões, em conversas neste plenário e conversarmos em Santa Catarina, em Minas Gerais, em Brasília em duas audiências públicas, está agora tudo sendo configurado como verdade definitiva, no depoimento de empresários, industriais e produtores de todo o território brasileiro.

Concedo aparte ao relator da CPI, deputado Silvestri.

#### O Sr. Cezar Silvestri

Quero me somar a seu pronunciamento e dizer mais, não menosprezando o trabalho feito pelas demais CPI's que estão instaladas em outros cinco Estados da Federação, acredito que o nosso trabalho, deixando a modéstia de lado, tem sido um trabalho que tem sido e está sendo feito com extremo cuidado e até sendo feito de forma profissional, porque tivemos o cuidado, seguindo a orientação de V. Sa., todos os membros tiveram o cuidado de não fazer pré-julgamentos, sempre procuraram em suas entrevistas e muitas vezes se negando a falar sobre o assunto antes de ter um trabalho conclusivo e, investigativo, preservando todas as informações para que não cometêssemos injustiças.

V. Exa. disse muito bem, hoje, no estágio em que estão os nossos trabalhos e as investigações, claramente nós detectamos que o setor de varejo, principalmente as grandes redes varejistas do país, têm prejudicado, sim, o setor produtivo na cadeia do leite, não só com os produ-

tos lácteos de forma geral. Toda a cadeia produtiva de alimentos no Estado do Paraná e Brasil tem sido prejudicada pelas grandes redes de varejo, até porque essa reportagem, quando demos entrevista à revista Exame, lembro que a repórter falava de entrevistas que já havia feito em outros Estados da Federação, mas que nenhum deles tinha colocado o dedo na ferida como nós havíamos colocado no Paraná, principalmente com relação à sonegação de impostos, feita pelas redes varejistas onde elas obrigam os fornecedores a fornecer a nota cheia na hora das vendas feitas pelos fornecedores, mas na hora do pagamento ela paga exigindo os descontos contratuais que chegam até a 20 ou 27%, descontos e bonificações que elas obrigam os seus fornecedores a darem, mas exigem a nota cheia. Estamos em fase de investigação. Ontem tivemos reunião com o Ministério Público, com o departamento específico que trata da sonegação, dentro do Ministério Público e a conclusão que se chega com os documentos que temos, é que realmente está havendo uma apropriação indébita de ICMS e uma suposta sonegação do Imposto de Renda.

Talvez dito por membros do Ministério Público, pelo volume que representam as redes varejistas do país, talvez a maior rede de sonegação do país que foi descoberta e está sendo investigada a descoberta pela CPI formada pela Assembléia Legislativa e presidida por V. Exa.

Estamos cumprindo com o nosso papel, até porque esse benefício, essas bonificações e descontos que as grandes redes exigem dos fornecedores não são transferidas para o consumidor final e o nosso objetivo era procurar resgatar a dignidade do produtor do leite que estava recebendo em torno de dezoito centavos por litro do leite mas reduzir o preço pago pelo consumidor final que pagava 5 ou 6 vezes mais no supermercado.

O nosso objetivo está sendo cumprido e teremos o encerramento da CPI na questão que envolve o leite e vamos nos aprofundar na questão da carne, na questão do café, porque as denúncias começam a chegar desses setores, mas alguém tem que ter a coragem de enfrentar as grandes redes varejistas do país e eu peço o apoio dos deputados membros da Comissão. Tenho tido apoio de todos os membros da Casa, do presidente Hermas Brandão, mas a parada é difícil e são grandes os interesses que envolvem essas grandes redes.

Se continuarmos com a determinação que estamos tendo e com o compromisso que assumimos com os produtores e com a sociedade paranaense, vamos revelar e talvez acabar aí com a grande rede de sonegação que vem prejudicando não só os Estados, o País, com a perda de tributos mas, principalmente acabar com o prejuízo que está tendo o pequeno produtor rural.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Obrigado, deputado Silvestri.

Quero, neste momento, senhor presidente, registrar, e tenho certeza que podemos fazê-lo de forma oficial se não amanhã, mas no término do trabalho da nossa CPI,

um voto de congratulações à revista Exame por ter ela oportunizado a todo território brasileiro e a todos que a ela tiveram oportunidade de a ela acorrer e certamente a imprensa geral que virá reproduzir este material. Ela dá um destaque especial ao trabalho da CPI do Paraná, dizendo: “a investigação da CPI, no Paraná, revelou a existência de 33 diferentes taxas cobradas por 4 grandes varejistas. E também além de mencionar todo esse corolário, todo este rol de descontos que as grandes redes de supermercados fazem em cima de todos os fornecedores, sejam eles industriais ou produtores rurais, também fez referência a uma outra questão que imagino ser uma vergonha em toda essa relação que existe entre comprador, varejista, fornecedor industrial ou produtor, que é o manual do comprador. Nesse manual, eles estabelecem algumas sugestões ao seu comprador no relacionamento com o vendedor industrial ou produtor.

Eis algumas pérolas desse manual do comprador: “considere o vendedor como nosso inimigo nº 1. Nunca aceite a primeira oferta. Deixe o vendedor implorar; isso dá margem à maior barganha. Não tenha dó do vendedor; jogue o jogo dos maus. Não hesite em usar argumentos, mesmo que falsos, por exemplo: o concorrente do vendedor sempre tem melhor oferta, maior giro e prazo”.

Então, é uma coisa que ofende a relação de comércio que historicamente foi muito salutar entre os varejistas, os industriais e os produtores e que hoje isso está acontecendo de uma forma muito negativa com relação aos interesses do setor industrial brasileiro e muito mais, eu diria com relação aos interesses do setor produtivo, porque a própria indústria muitas vezes, até mesmo na totalidade das vezes, repassa os seus custos, os seus prejuízos para alguém.

Se não consegue passar para o varejista que está mais forte, mas hegemônico e impõe a ele a ditadura do varejo, ele vai de encontro ao elo mais fraco nessa cadeia na formação de preço que é o produtor rural. Ele produz o leite e tem que vendê-lo a 20 centavos e depois ver no supermercado ser vendido a R\$1,20, R\$1,50 quando adicionado algum fator ômega ou ferro, que vende o seu leite que é transformado em queijo tipo mussarela, a R\$5,00, e depois de fatiado é vendido para nós por R\$15,00, R\$17,00. Tudo isso o produtor assiste de uma forma desalentadora, porque, sem sombra de dúvida, é o elo mais fraco da cadeia produtiva, principalmente quando diz respeito à sua força, na formação dos preços.

Por isso eu quero me congratular como presidente da CPI dos Alimentos, em meu nome e de todos os integrantes da CPI, dos deputados do Paraná, por esta reportagem da revista Exame, que diz: “A Ditadura do Varejo”, onde está retratado tudo aquilo que nós estamos constatando de irregular aqui na CPI dos Alimentos do Paraná.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado. Isso era importante registrar e contribui muito para o trabalho que estamos fazendo na CPI dos Alimentos, aqui no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário do PSDB, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados:

Quero aqui aproveitar neste momento para saudar o meu irmão, prefeito da cidade de Luisiânia, Wilson Tureck, o vereador Joaquim Bebinelli, o diretor da Escola Dalton da Silva Rocha, lá de Luisiânia, o professor Agenor Walker.

Quando se fala em escola quero aproveitar este momento aqui também para dizer do trabalho realizado pela presidente da Fundepar, a Denise. Quero ressaltar o exemplo do diretor da escola de Luisiânia, que é um exemplo em toda a nossa região. A escola estadual hoje, reformada, ampliada, tem uma quadra esportiva para os atletas, para professores ali praticarem a Educação Física. A escola que tem hoje laboratório de informática, até um prédio de segundo andar. Isso é um exemplo; isso prova mais uma vez o trabalho do Governo do Estado do Paraná, que através da competente secretária Denise vem fazendo nas escolas estaduais do Paraná. Não é só em Luisiânia, é em Campo Mourão, Peabiru, Ubatã, Goioerê. Em Campo Mourão agora mais duas escolas estão prontas, a Escola João de Oliveira Gomes, uma das mais tradicionais de Campo Mourão, com quase 3.000 alunos, foi investido, pelo governo do Estado do Paraná e será inaugurada este mês, R\$750.000,00. A Escola Ivone Castagnari, mais R\$650.000,00. Nesta semana tivemos vários convênios assinados pela secretária Denise e eu não poderia deixar de enaltecer este grande trabalho que o governo vem fazendo, principalmente a Denise, que hoje é a Presidente da Fundepar com toda a sua equipe. Lá nós temos funcionários; são profissionais que se empenham pela Educação e que vêm respaldando um grande trabalho em prol da educação do Paraná.

Muitas vezes me admiro quando vejo as pessoas dizerem que a Educação está sucateada. Eu vejo prédios todos reformados, ampliados, vejo a alegria dos diretores, dos presidentes de APM's e Conselhos. Eu, como já fui professor de matérias técnicas, contabilidade geral, administração de empresas, fizemos esta grande parceria reivindicando obras de infra-estrutura, de melhoria de quadras e laboratórios, enfim, de computadores, bibliotecas para as escolas estaduais. Foi um verdadeiro canteiro de obras este programa do Estado do Paraná, por isso hoje eu queria registrar aqui o contentamento, a alegria de diretores, de presidentes de APM's, de conselho de alunos, de pais, professores e alunos, pelo empenho e respaldo que tivemos, tanto da Denise, da Fundepar como também da secretária da Educação, Alcyone Saliba.

Eram estas as minhas considerações, que eu queria deixar registradas, principalmente pela presença hoje de um diretor de escola porque na verdade os diretores são as testemunhas fundamentais das obras realizadas na área de Educação, neste Estado do Paraná, que foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores avanços, porque quando

fala em Educação, o maior patrimônio que o povo do Paraná, do Brasil vão ter, são os títulos escolares.

O que um aluno aprendeu na sala de aula com o seu professor, aprendeu com o seu pai e com a sua mãe, pela sua educação, ele jamais vai esquecer e ninguém vai tirar isso da sua memória.

Parabéns aos diretores, a você, Agenor Gilberto Vau, pelo grande trabalho e reconhecimento da população pelo seu trabalho na área da educação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Lino Rusch**)

PTB, PPS, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinam**).

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito à Mesa registrar a presença do vice-presidente da cidade de Araucária, Elizandro José Ferreira, que está na tribuna de honra, juntamente com os seus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado, sejam todos bem-vindos.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, mais uma vez, a exemplo de ontem, verifica-se a ausência dos parlamentares no plenário.

Quero fazer um apelo, senhor presidente; há um projeto, hoje, de suma importância na Ordem do Dia, qual, inclusive, fui relator numa Emenda que veio, também, e já votamos ontem na CCJ; ontem, foi votado em primeira discussão e hoje está em segunda.

Parece-me que vence o prazo, agora, no dia 30, para que o governo possa buscar esses cem milhões que é para ser utilizado num novo ramal de transporte coletivo da região metropolitana, que é Intercidades. Um projeto de extraordinária importância para Curitiba e para região metropolitana.

Gostaria, senhor presidente, que os deputados, hoje, se não tiverem intenção de votar o restante da Ordem do Dia, pelo menos esse projeto!

Faço um apelo aqui, não em meu nome, mas em nome do povo da região metropolitana. Não estou aqui para pedir apoio ao governo, acho que é um projeto de suma importância e que precisa ser votado sob pena de o governo perder o prazo para trazer esse dinheiro e poder firmar, definitivamente, contrato para que possamos ter implantação de um novo ramal de transporte coletivo; tão desejado e tão esperado por toda a região metropolitana.

É um projeto que vai beneficiar exclusivamente a classe menos privilegiada, a região mais pobre de Curitiba e região metropolitana.

Por isso, apelo aqui aos deputados que são de Curitiba, em especial, os do interior até não têm tanto compromisso, mas devem também se sentir compromissados, pois afinal de contas aqui estão moradores do interior do

Paraná que incharam a Fazenda Rio Grande; o município de Colombo; Piraquara; Pinhais; Almirante Tamandaré; São José dos Pinhais.

Então, faço esse apelo aos parlamentares de Curitiba e da região metropolitana, independente de posição partidária; independente de posição política perante o governo do Estado. É um apelo que faço.

A Assembléia corre o risco, de repente de, ver inviabilizando um financiamento de cem milhões de reais para um novo corredor de transporte coletivo na região metropolitana e esta Casa, certamente, será responsabilizada; não na individualidade de cada parlamentar, mas no coletivo desta Casa.

Por isso, vendo aqui a presença do Paulo Cavaraca, que é lá da Comec; vendo a presença de várias pessoas que estão ligadas a essa área e interessadas em que a matéria seja aprovada, não é possível que interesses menores, que interesses isolados de parlamentares, sejam maiores do que o interesse de um projeto de cem milhões de reais e eu vou cobrar isso, publicamente, na próxima eleição, se esse projeto não tiver aprovação ainda nesta semana!

Esta Casa não pode ser responsabilizada de não dar quórum, de não votar uma mensagem governamental, que tenho certeza, a Oposição vai votar sim, mas é preciso que a Bancada do Governo se faça presente e venha para votação!

#### O. SR. JOSÉ MARIA FERREIRA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, me somo ao apelo do deputado Algaci Tulio, mesmo não sendo da Região Metropolitana de Curitiba, mas me considero paranaense e reconheço sobretudo a importância desse projeto para provar mais uma vez que aqueles que militam na Bancada de Oposição, não fazem a Oposição, simplesmente, por fazer Oposição, mas faz, quando os projetos não interessam ao povo do Paraná.

Portanto, a Oposição está aqui para votar o projeto que é uma mensagem do governo e que ainda vai causar mais endividamento ao Estado, mas reconhecemos que esse endividamento é produtivo, que atende, sobretudo a questão social.

Só gostaria de colocar aqui, quando o deputado Algaci Tulio, um dos deputados mais atuantes e mais eficientes desta Casa, coloca que os deputados da região especialmente metropolitana, deveriam estar aqui e, sobretudo em razão do inchaço de Fazenda Rio Grande, de Araucária, de Colombo, de Piraquara, quero dizer, que registre que esse inchaço se ocorreu com a população vinda do interior do Estado; não veio por deliberação e vontade própria. Veio, sim, na busca de um amanhã melhor porque faltou investimento no interior do Estado do Paraná, para que lá pudesse manter essas pessoas, manter as suas famílias e com dignidade pudessem produzir para o nosso Estado.

Esse é o registro e apelo junto com o deputado Algaci Tulio, para que possamos votar esse projeto que

permite a realização de um grande investimento no Paraná.

Muito obrigado!

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de aqui me somar ao deputado Algaci Tulio, porque acho que é uma votação extremamente importante. E quando é importante para Curitiba, é importante para o Paraná.

Então, deputado Algaci, não há diferenciação aqui entre deputados da região metropolitana e deputados que representam mais o interior do Paraná, embora temos aqui a obrigação de representar o Estado como um todo.

Mas acho, senhor presidente, que a votação é extremamente importante, é uma mensagem do Executivo, e se a Oposição está disposta a colaborar e votar, duvido que alguém da Bancada do Governo possa pedir verificação de votação! Acho que não!

Coloquemos em votação, aprovemos o projeto e agora realmente, vai me causar extrema surpresa, nosso líder Waldyr Pugliesi, se por um acaso algum deputado da Base do Governo pedir verificação numa matéria que a Oposição vota consensual. Aí nós vamos ter que fazer uma CPI para investigar o que está acontecendo.

Muito obrigado!

#### O SR. RICARDO CHAB **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, inclusive esse projeto que o deputado Algaci Tulio fez referência, é de extrema importância para Curitiba e Região Metropolitana, e fiz uma Emenda porque os governos esqueceram de incluir um município importante que é Quatro Barras. E a liderança do Governo, o Governo acatou a minha Emenda e agora há a Emenda colocada.

Acho o seguinte: esse projeto deveria ser votado desde a semana passada. Adiaram a sua votação, por conta inclusive da Emenda que apresentei, não pela minha Emenda, e sim por outras que estão colocadas, e é de extrema importância que tenhamos isso.

Esse projeto vai facilitar, para quem não sabe, para que os parlamentares tenham conhecimento, a vida de quem mora na região metropolitana, com relação ao transporte coletivo.

Vamos ter vias novas de acesso. Por exemplo: há um viaduto que passa de um município para outro, Campina Grande do Sul e Quatro Barras, começaram essa obra há mais de 12 anos e até agora não terminaram. A obra está lá, sem terminar.

A construção de um terminal de ônibus ali no município de Campina Grande do Sul que vai atender não só Campina como Quatro Barras; vamos ter uma nova linha de ônibus que vai ligar Pinhais, Piraquara e também Quatro Barras, Campina Grande do Sul.

Quer dizer que o cidadão para sair, não precisa passar por Curitiba, o deputado Neivo conhece bem a região, atua na área.

Então, vamos ter uma melhoria significativa no transporte coletivo.

É importante que votemos o projeto!

É só essa a colocação que faço, inclusive fazendo referência à emenda que eu fiz, porque excluíram Quatro Barras, em um erro, quero crer, de digitação, dos técnicos, e não erro de conhecimento.

Agradeço, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, apenas quero fazer minhas as palavras do deputado Augustinho Zucchi e reforçar o apelo ao deputado Algaci Tulio: vamos aprovar esse projeto! A Bancada de Oposição quer aprová-lo e não gostaria, fazendo uma pequena ironia, de já assumir a posição de Situação, porque isso só vai acontecer a partir de janeiro do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente; meu caro Waldyr Pugliesi.

Estamos verificando mais uma vez que a Bancada do Governo é feito borracha: vai e vem. De repente, vai todo mundo para o “acantonamento” ali atrás e se não forem atendidos os seus objetivos, eles não voltam ao plenário.

Olha! Quantos deputados nós temos na região metropolitana? Quantos deputados nós temos?

Mais de vinte, seguramente. E quantos estão no Plenário?

Está aqui o Isfer, está aqui o Ricardo Chab, está aqui o Tony Garcia, o Algaci Tulio, o Anibelli, o Carlos Simões, mas efetivamente falta representatividade, falta o número necessário. Ne nada adianta você ser na televisão uma pessoa pró-região metropolitana, na rádio uma pessoa pró-região metropolitana que faça assistência social, doe óculos, remédios, ou seja, os tostões, enquanto se deixa ir embora os milhões. Aqui é um projeto de milhões, de cem milhões para a região metropolitana!

Então, é melhor qualidade no transporte coletivo. Então, é mais respeito com a população, porque quando você deixa as pessoas como “sardinhas em lata”, deputado Zuk, dentro de um ônibus, você está tendo um desrespeito com o cidadão.

Então, era esse o nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, só, para, em nome da Oposição, pedir a todos os deputado opositoristas que aprovem

essa mensagem governamental, porque ela é de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 05 (cinco), de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expedi-

ente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte da Região Metropolitana de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada...

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, chamada nominal. Verificação de votação e chamada nominal.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, parece-me que há um Regimento nesta Casa a ser cumprido. O senhor acabou de colocar em votação e nenhuma manifestação pode ser feita em plenário.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Mas já está previamente... quem manda aqui por enquanto, é o presidente, deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Anunciei a votação. Estamos colocando em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. não anunciou o resultado. Foi aprovado ou não? Uma vez aprovado, V. Exa. atende a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O projeto que colocamos em votação está aprovado e ele pediu verificação de votação. Vai se proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-e.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Mas ninguém pediu verificação de votação, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Carlos Simões pediu verificação de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Perfeitamente. O senhor proceda à verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está se procedendo à verificação de votação. Dezoito (18) senhores deputados.

O SR. MARCOS ISFER

Tem muito mais. Eu contei vinte e nove.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Dezoito senhores deputados aprovam. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TULIO

Ninguém rejeita.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberar. Apenas para continuidade da Sessão.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, tem vinte parlamentares no plenário.

O SR. MARCOS ISFER

Tem mais de vinte parlamentares no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Precisa vinte e oito deputado para...

(**Tumulto no plenário**)

O SR. MARCOS ISFER

Não há necessidade dessa contagem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberar.

Infelizmente, deputado Marcos Isfer.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. não fez a contagem de quem rejeita o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós pedimos: deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nenhum deputado rejeita.

Não há quórum para deliberar, apenas para continuar a Sessão.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Faço o seguinte questionamento à presidência: na Casa, para votar esse projeto, não se precisa quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Precisa-se deputado Irineu Colombo. Não se pode votar nenhuma matéria quando não existe a maioria absoluta, ou seja, 28 senhores deputados.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, se não foi feita a chamada nominal, o senhor não pode constatar se tem ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a verificação de votação foi constatado.

O SR. MARCOS ISFER

Peço a chamada nominal.

O SR. IRINEU COLOMBO

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ela já passou.

O SR. MARCOS ISFER

Foi pedida pelo deputado Carlos Simões a chamada nominal. Se o senhor cumpriu a verificação a pedido dele, cumpra todo o pedido. Está nas notas taquigráficas o pedido.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, a matéria está vencida, infelizmente. Como líder do Governo, gostaria imensamente que a matéria fosse votada. Agradeço o empenho dos deputados de oposição, só que temos de respeitar, não temos número para votação. Temos 18, 19 ou 20 deputados no plenário e a decisão já está tomada. Acho que os interesses que movem o deputado Marcos Isfer, efetivamente, de fazer cumprir o regimento é também do nosso interesse.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa.: quando anunciamos a votação do projeto, o deputado Carlos Simões pediu a verificação de votação.

O SR. MARCOS ISFER

E a chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não. Procedeu-se à verificação de votação. O 1º secretário, deputado Divanir Braz Palma, contou que 18 senhores deputados aprovaram. O deputado Algaci Tulio ainda questionou os deputados que votariam contra. Procedeu-se a votação dos deputados que votariam contra. Ninguém votou contra.

Não há quórum para deliberar, deputado Marcos Isfer, a matéria está vencida.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, estou aqui defendendo uma causa legítima que é a causa da Região Metropolitana de Curitiba e me espanta que, neste momento, tenhamos que ter esse tipo de discussão, para aprovar justamente um projeto que me parece de origem do executivo, que vem trazer benefícios para a região metropolitana, para o Estado do Paraná.

Estamos aqui falando do sentimento paranista, acima de qualquer outra questão. Isto tudo me causa muito espanto, quando vejo o Regimento Interno não ser respeitado, uma vez que foi pedida votação nominal...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. não pode dizer isso, deputado Marcos Isfer. A presidência está cumprindo rigorosamente o Regimento Interno. V. Exa. não tem o direito de falar isso. A matéria está vencida.

O SR. MARCOS ISFER

Dezoito deputados aprovaram. O projeto está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Marcos Isfer, quero lembrar a V. Exa. que na questão da dúvida levantada, de que precisa-se de 28 senhores deputados presentes para votar. Artigo 162: (Lê o artigo).

A maioria absoluta é 28.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, se V. Exa. me der a palavra, eu gostaria, deputado Algaci, de esclarecer uma dúvida de procedimento de V. Exa.

Vossa Excelência pediu verificação de voto, mas não anunciou o número de votos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Anunciamos 18 votos a favor e nenhum voto contra. Não há quórum para deliberar.

**(Vozes paralelas)**

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, o senhor não pode me dar a palavra e tumultuá-la. O senhor é o presidente e eu o respeito. A Presidência tem que me garantir a palavra, a menos que eu esteja ferindo o Regimento Interno, aí pode me cortar a palavra que eu não falo mais.

Senhor presidente, estamos, aqui, nesta tarde, querendo votar um projeto de importância para uma parte importante do Paraná, que é a região metropolitana. Há um esforço da Bancada de Oposição em votar esse projeto, um projeto do governador Jaime Lerner e eu quero votar o projeto do governador Jaime Lerner, Irineu Colombo da Bancada do PT, e aqui nesta Casa já se votou muitas outras coisas, situação extremamente mais nebulosa, mas essa me parece que a nebulosidade está ganhando corpo, senhor presidente. Por que os deputados do Governo não querem votar um projeto desse, o que está ocorrendo? Então, V. Exa. querendo colaborar com o governador que é da sua Bancada, perfeitamente poderia fazer a chamada nominal, portanto, requeiro para que fique bem claro nesta Casa quem é que apóia os bons projetos para o Paraná. Chamada nominal, e o Regimento me dá condições de a qualquer tempo solicitar chamada nominal, senhor presidente.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Eu encarei a votação do projeto porque quando fui designado relator pelo deputado Basílio Zanusso, da CCJ, foi me pedido urgência, aliás, a Casa aprovou o requerimento do líder do Governo pedindo urgência a este projeto, imediatamente com um bom fundamento nós fizemos o parecer favorável a que o governador emprestasse 100 milhões de reais do BNDES para o novo corredor de transporte coletivo da região metropolitana fazendo o projeto inter-cidades. O projeto veio à primeira discussão, foi aprovado, houve uma emenda do deputado Ricardo Chab, incluindo todas as cidades da região metropolitana, urgente, urgentíssimamente nós fizemos o parecer sobre a emenda favorável e o projeto veio para o plenário. Ontem à tarde recebi pelo menos três emissários do Governo no meu gabinete, encarecendo ao deputado Algaci Tulio que não colocasse nenhuma implicação para que o projeto não fosse votado urgentemente sob pena de o Estado perder esses 100 milhões de reais.

Aí eu falei: escuta, mas não depende do deputado Algaci Tulio porque eu já dei o voto favorável, já dei o meu parecer, o projeto vai amanhã, que seria hoje, para 2ª discussão e não vai depender mais da minha pessoa, vai depender muito mais da Bancada Governista em comparecer para votar. Pois bem! Estranha-me, e é a primeira vez que eu vejo isso na história desta Assembléia, que me corrijam os deputados mais antigos, nos meus quatro mandatos eu nunca vi a Oposição brigar pela aprovação do projeto que é do Governo, quando ela deveria, pelo contrário, colocar impecilhos, esvaziar o plenário e politicamente não dar o direito ao governador de ter esses 100 milhões de reais.

E hoje o que nós vemos? É a coisa de pasmar a todos nós, e não estamos fazendo politicagem, por demagogia, ora, se foi pedido urgência, se o governador quer 100 milhões para fazer um novo corredor de transporte coletivo na região metropolitana, por que é que não se vota? Esta Casa já votou outros projetos por maioria simples, projetos muito mais importantes até quem sabe do que esse foram votados e por maioria simples, sem que se questionasse isso, agora o que eu vejo, não consigo entender, eu quero entender, ajude-me a entender, por que é que a Bancada do Governo não quer votar essa mensagem do Governo do Estado, quando nós é que poderíamos não votar. Quero entender esse absurdo! Não estou entendendo mais nada, ou será que do lado de cá já virou governo pensando que já ganhamos as eleições, ou o lado de lá virou Oposição. Eu não sei, alguém me explique isso.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Apenas para dizer o seguinte: senhor presidente, do ponto de vista regimental, assiste razão a V. Exa. à medida tomada, eu acho, nós precisamos de 28 pessoas para fazer a votação, a partir do momento em que tenha pedido de verificação, é óbvio que não se tem quórum, até pelo número de deputados evidenciados pelo deputado Divanir Braz Palma. Então, V. Exa. está correto na condução, a única coisa que me parece que seria de bom senso, que V. Exa. desse o direito à questão de ordem do deputado Colombo de chamada nominal, porque se é possível e é pelo Regimento, o deputado Carlos Simões pedir verificação de votação, é possível a qualquer deputado pedir chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Zucchi, durante o processo de votação, mas nós já anunciamos o resultado e depois que anunciamos o resultado, não posso abrir esse precedente.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Então, a minha questão de ordem...

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Pairam dúvidas, senhor presidente. É necessária uma nova verificação de votação.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, estou com a palavra.

Apenas para registrar quem votou favorável ao projeto. Registrar os votos e deixar registrado na Ata que o projeto não foi aprovado porque foi pedido verificação de votação pela Liderança do Governo.

Registro: deputados Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Cezar Silvestri, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Hermas Brandão, Ricardo Chab, Caíto Quintana e Tony Garcia. O senhor votou favorável

também, não é, deputado? Também os deputados Neivo Beraldin e Divanir Braz Palma.

Que se registre em Ata que foi da Bancada do Governo solicitação de verificação de votação e pedindo a aprovação, por unanimidade o projeto.

Agora, explicação? Nós temos aqui a imprensa. Eu não sei, escrevam se quiserem, publiquem se quiserem, mas realmente é uma coisa “*sui generis*”.

Estamos aqui, a aprovar um projeto do Governo e a Bancada do Governo está a se retirar do plenário para não aprovar o projeto.

Eu não sei! Que fique para a posteridade! Quem sabe, seja um registro! Vamos ligar para o Jô Soares. É uma coisa, talvez, o senhor presidente, que preside a Sessão, deva dar uma entrevista para o Jô Soares: “Acontece no Paraná, um caso “*sui generis*”.

Obrigado.

#### O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Como V. Exa. anunciou um número de deputados e pela contagem que o deputado Zucchi fez neste momento e nós fizemos a contagem, somos mais de 21 em plenário e não dezoito.

Gostaria da chamada nominal. Paira dúvida e eu acho que cabe chamada nominal.

Há 21 pessoas em plenário, contando inclusive com o deputado Carlos Simões e que eu até estranho, porque ele é um deputado aqui da capital, da região metropolitana. Quando ele pede essa verificação de votação, eu fico em dúvida se esse projeto tem alguma coisa que eu não conheça, que não tenha chegado ao conhecimento desta Casa. Há alguma irregularidade, deputado Durval? Porque se há irregularidade, é importante...

#### O SR. DURVAL AMARAL

Se houvesse irregularidade, eu não votaria a favor, deputado Marcos Isfer. As suas insinuações não servem e não prestam para a democracia.

#### O SR. MARCOS ISFER

Eu tenho certeza. Eu vi quando V. Exa. votou a favor mas eu não consigo compreender que se o projeto é bom, não se vote a favor! Quem é paranista tem que votar sempre e se presta à democracia, porque a democracia se faz com a discussão e a democracia se faz...

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência solicita aos senhores deputados que se querem falar sobre o assunto, que se inscrevam em Explicações Pessoais, por favor. Essa já é matéria vencida.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não vou questionar o Regimento, mas o deputado Algaci Tulio falou que nunca viu acontecer o que acontece hoje, na história da Assembléia Legislativa do Paraná. Ele dizia que a Oposição estava

votando favoravelmente ao projeto do governo, defendendo um projeto do governo.

Deputado Algaci Tulio, eu quero retificar.

Peço licença a V. Exa.

O que nunca ocorreu na história política do Paraná é a base do governo não defender um projeto do governo e isso é importante que fique registrado através da imprensa e na Ata desta Sessão. Agora, a Oposição, centenas de vezes votou junto com o governo quando os projetos eram de interesse do Paraná. Centenas de vezes, não foi apenas hoje. Centenas de vezes nós já votamos junto com a bancada do governo, quando os projetos eram de interesse do Paraná.

Eu acho importante que isso fique registrado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento nº 1623 de autoria do senhor deputado Ademir Bier constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Antonio Pescador Sobrinho.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI

Para encaminhar o requerimento de pesar.

É com pesar que eu registro a V. Exa. e a esta Casa. Que fique registrado permanentemente na decisão de V. Exa. que, daqui para a frente, não se vote mais nada sem quórum nesta Casa, porque muitas vezes tanto de interesse da Oposição como da Situação tem se votado matérias sem quórum e V. Exa. já deixou algumas vezes de abrir a Sessão por evidente falta de deputados no plenário. Então que se fixe uma jurisprudência. Firmada a partir de hoje, 12 de junho de 2002 que não se votará mais nada sem a presença da maioria dos senhores deputados porque nós iremos cobrar.

#### O SR. HERMAS BRANDÃO (**Pela Ordem**)

Como Presidente desta Casa, com muita satisfação, presidida por V. Exa. neste momento, não posso - concordar com meu companheiro de Mesa executiva, deputado Antonio Martins Anibelli pela sua colocação.

Quando se pede verificação de quórum, sempre é analisada. Nunca se votou aqui ferindo o Regimento Interno desta Casa. Enquanto presidente desta Casa, nunca se votou e nunca se votará. Então, não posso concordar com as colocações de V. Exa., que já foi votado aqui sem número regimental. Realmente não posso concordar e tenho que deixar registrado nos Anais desta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Nestas condições declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às dez horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

## EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216, 256/2002.

347, 354, 449, 486/2001, 082, 107, 196, 220, 280, 305, 306, 319, 322, 327 e 337/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 402/2000, 568/2001 e 252/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 343, 686, 299/2002 e do Projeto de Resolução nº 009/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 439/2000 e dos Projetos de Lei nºs 129, 147, 178,

Levanta-se a Sessão.